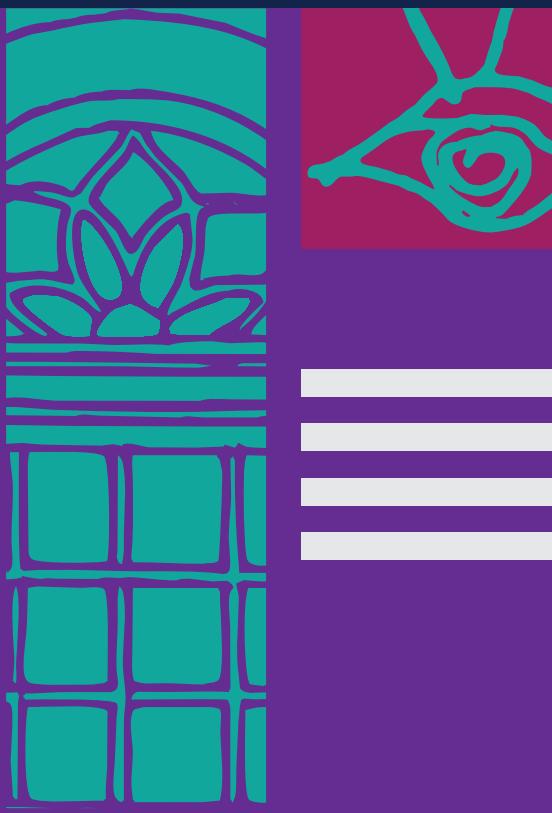


30º PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE



Homenagem aos 80 anos da Política de Patrimônio Cultural no Brasil

60 ANOS E CHEIA DE ENERGIA PARA FAZER O FUTURO ACONTECER. **ESSA É FURNAS.**

Uma empresa que nasceu de um sonho.

E que há 60 anos se renova todos os dias
contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Essa é Furnas. Uma gigante do setor elétrico
que investe cada vez mais em tecnologia de ponta
para oferecer energia limpa e renovável para o país.

Mas Furnas vai além e está presente na vida de
todos os brasileiros, distribuindo oportunidades,
gerando cidadania e, há 6 décadas, fazendo
o futuro acontecer. Esse é o compromisso
de Furnas com o Brasil.





 **Eletrobras**
Furnas

Ministério de
Minas e Energia

 **BRASIL**
Poder Federal

www.furnas.com.br

“Entendemos que o investimento só se justifica se considerarmos a perenidade da nação e o bem-estar social. Dessa condição se origina todo o compromisso que nossa empresa tem demonstrado no cumprimento da atual legislação e na adoção das melhores práticas de engenharia para a mitigação de impactos, a promoção da integração social e a criação de um legado duradouro.”

Hongxian Cai
Presidente CEO





XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Your power, Our care.





Créditos

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Cultura

Sérgio Sá Leitão

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Kátia Bogéa

Diretor do Departamento de Articulação e Fomento

Marcelo Brito

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Andrey Rosenthal Schlee

Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial

Hermano Queiroz

Diretor do Departamento de Planejamento e Administração

Marcos José Silva Rego

Diretor do PAC Cidades Históricas

Robson Antônio de Almeida

Assessoria de Comunicação da Presidência do Iphan

Fernanda Pereira

Organização Geral do PRMFA

Luciana Vecchi Cunha
Sônia Rampim Florêncio
Fernanda Bittencourt
Mayara Subtil
Emanoela de Oliveira

Revista da 30ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**Edição**

Adélia Soares

Redação

Iris Lúcia Costa Santos

Colaboração - Redação

Déborah Gouthier

Yara Diniz

Revisão

Adélia Soares

Déborah Gouthier

Mécia Menescal

Projeto gráfico e diagramação

Vitor Corrêa

Fotografias

Acervo Iphan

Ações premiadas - créditos fotos

Hospital Psiquiátrico:

Mário Eugênio Saretta

Retratistas do Morro:

João Mendes e Afonso Pimenta

Acervo Maracá: Renata Amaral

Encontro Mestres do Mundo:

Davi Pinheiro

Espaço Luiz Estrela: Priscila Musa

Vale do Jequitinhonha:

Cleber Cardoso Nunes

Acervo Porto Digital

Acervo Inventário de Folias Religiosas do Amapá





Os avanços e desafios da política de preservação do Patrimônio Cultural

Conservar e proteger o passado para garantir o futuro. Essa é a essência do trabalho que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ao longo de seus 80 anos, e o Ministério da Cultura têm realizado conjuntamente para a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial brasileiros.

Idealizado por um grupo de proeminentes intelectuais, entre os quais se destacam o poeta Mario de Andrade e o advogado e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Iphan trouxe para a sociedade brasileira, já nos anos 30, o importante conceito de Patrimônio Cultural. À época, a ideia restringia-se ao conjunto de bens móveis e imóveis do país que, por seu valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico deveriam ser conservados.

Com base nesse conceito, o Iphan consolidou ao longo de sua história uma política de Patrimônio Cultural que permitiu a preservação de monumentos históricos ou naturais, e de muito do que será lembrado pelas futuras gerações. Como resultado da excelência do trabalho do Instituto nessa área de atuação, a Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO utiliza a política brasileira, desenvolvida pelo próprio Iphan, como referência.

Já na década de 80, seguindo as principais mudanças na área, a Assembleia Nacional Constituinte amplia o conceito de Patrimônio Cultural. Em acordo com os princípios democráticos que passam a reger o país, o patrimônio deixa de ser um registro histórico, morto, e passa a fazer parte das dinâmicas socioculturais e a abranger bens imateriais que se relacionam com a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Consolidada essa linha de pensamento e ação, ambas as instituições – Ministério da Cultura e Iphan - lidam agora com o desafio de intensificar as políticas de estímulo ao uso do Patrimônio Cultural Brasileiro. Por esse motivo, as ações de salvaguarda, preservação e revitalização devem ser alinhadas com novas formas de utilização, que possam incrementar a economia das comunidades e da sociedade em geral.

É essencial para uso sustentável do Patrimônio Cultural a transformação de espaços tombados em centros culturais, museus ou outros empreendimentos comerciais, capazes de gerar emprego e renda. Esse é, atualmente, o principal vetor da gestão do Patrimônio Cultural: fazer com que os bens materiais e imateriais sejam dinamizadores da economia, por meio da articulação entre instituições culturais, setores governamentais e empresariais.

Nesse sentido, o Ministério da Cultura apoia e incentiva o Iphan a adotar políticas que possam contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das cadeias produtivas, não só da economia da cultura, mas a todas as outras que podem ser diretamente ligadas às riquezas culturais do Brasil, como o turismo, as novas formas de empreendedorismo, o esporte, a agricultura, entre outros.

Os gestores do Patrimônio Cultural têm, agora, a oportunidade de criar novas formas de uso para os bens que lhe foram custodiados, em sintonia com novas formas de ação cultural e social, que deem condições para sua conservação e, ao mesmo tempo, sejam fomentadores do desenvolvimento local, regional e nacional. Só assim, os bens preservados passam a se integrar ao cotidiano da sociedade e deixam de ser um passado morto, intocável.

Sérgio Sá Leitão
Ministro da Cultura



IPHAN+80

A evolução da política de Patrimônio Cultural

Completar 80 anos não é tarefa fácil! Mais difícil ainda é condensar em poucas linhas toda a história de uma das mais longevas instituições do país – a primeira da América Latina – a se dedicar à preservação do nosso Patrimônio Cultural. Não fosse suficiente esse desafio, a ele soma-se a alegria de comemorar, também em 2017, a **30ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, a mais importante premiação do Brasil voltada aos inúmeros parceiros do Iphan nesta missão – árdua, mas significante – de preservar e divulgar nossa memória, nossa identidade e nossas tradições.

O Iphan nasceu no dia 13 de janeiro de 1937, quando o Presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 378, dando prosseguimento ao projeto de modernização do Estado brasileiro e reorganizando o ainda jovem Ministério da Educação e Saúde. Sob a batuta de seu primeiro presidente, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Iphan extrapolou os limites daquilo que lhe foi originalmente proposto. Olhando o passado, após oito

décadas de muito trabalho, é possível observar que mais do que preservar ou salvaguardar os bens culturais escolhidos como referências para a Nação, o Iphan foi capaz de firmar-se como uma das mais respeitadas instituições públicas do país e, simultaneamente, construir uma sólida noção do que é o Patrimônio Cultural do Brasil.

Exemplos disso nos são trazidos anualmente com a premiação desses nossos parceiros. Ano após ano, o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** revela ações e projetos de grande importância para a sociedade brasileira. Muitos deles nasceram nos recônditos desse nosso país plural; muitos deles não conseguem romper as barreiras geográficas e etnográficas, mas todos eles são, sem dúvida, a alma da diversidade cultural brasileira que há pouco tempo, durante a abertura dos XXXI Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro, foi apresentada ao mundo todo em um belíssimo espetáculo artístico.

Parte desse patrimônio está reunida nesta edição do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, em ações onde a população brasileira se apropria sabiamente de seu Patrimônio Cultural, como na catalogação de acervos, no resgate da memória de imóveis e cidades, nos festejos religiosos, nas tradições ancestrais, nas festas familiares e coletivas, tudo envolto naquilo que o planeta assistiu na festa olímpica: as curvas de nossa arquitetura, a arte geométrica brasileira, os grafismos indígenas, as estampas africanas e os azulejos portugueses... As matrizes do samba, o maracatu, os bate-bolas, o bumba meu boi... As celebrações, os saberes, as formas de expressão e os lugares onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

O Iphan chega, portanto, aos seus 80 anos refletindo sobre sua história, mas de olho no futuro, assim como fez Rodrigo Melo Franco de Andrade. Dessa forma, enfrentando as dificuldades, o Instituto se abre ao diálogo com todos, com a sociedade brasileira e com seus representantes legitimamente constituídos.

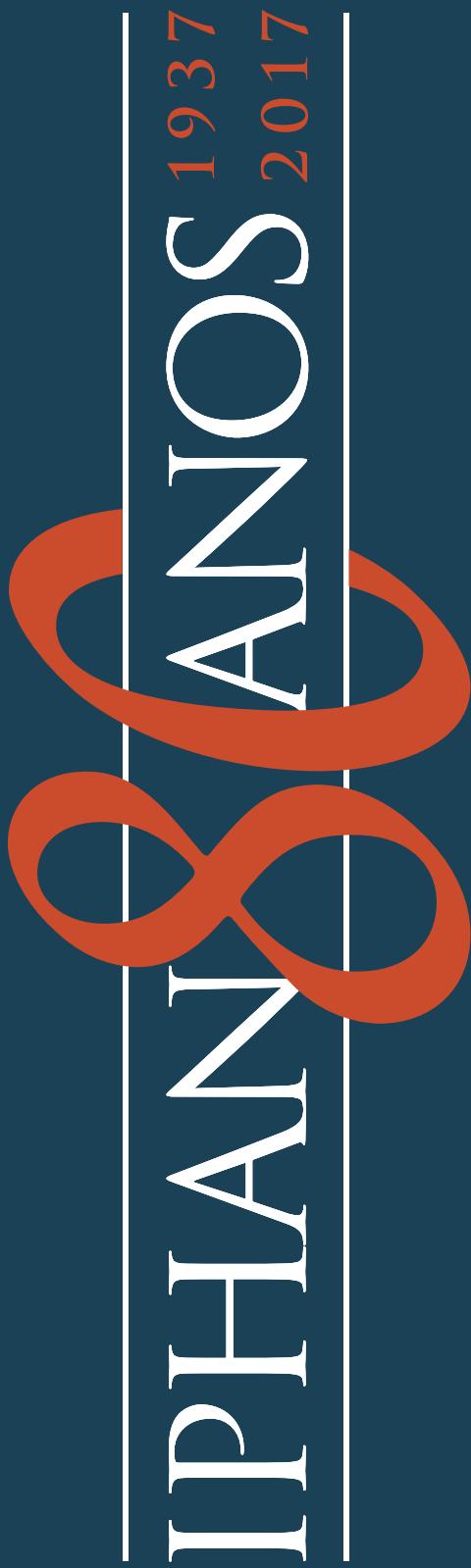
Esse é o nosso compromisso com as gerações futuras: lutar para garantir condições reais para que o Iphan continue a cumprir com sua missão constitucional, pelo menos, nos próximos oitenta anos... Com o slogan IPHAN + 80, e estabelecendo parcerias que pudessem apoiar nossas ações, estamos também homenageando,

este ano, aquelas pessoas e instituições que sempre estiveram junto com o Iphan na defesa, promoção e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro. Assim surgiu a **Medalha Mário de Andrade** que, de certa forma, é a materialização desta gratidão que temos por esses companheiros de caminhada. E não havia momento melhor para prestar essa homenagem. Só poderia ser durante esta grande comemoração, reunindo a celebração dos 80 anos do Iphan e dos 30 anos do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**.

O Iphan tem, sim, uma vocação genuinamente pública e republicana. Preservamos e salvaguardamos o Patrimônio Cultural Brasileiro para o usufruto, no presente e no futuro, de todos. Acontece que, com oitenta anos de existência, o próprio Iphan tornou-se um Patrimônio, portanto, cabe à Nação Brasileira buscar os meios que garantam a sua serena continuidade e plena atuação. Vamos, então, juntos fazer uma reflexão crítica da importância assumida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos seus primeiros oitenta anos de vida, incansavelmente voltado à defesa do que é de Todos e daquilo que nos identifica como Nação.

#SOMOSTodosIPHAN

Kátia Bogéa
Presidente do Iphan



De olho nos próximos 80 anos

Brasil, 1937. Na segunda quarta-feira do ano, nascia a primeira instituição pública dedicada à preservação do patrimônio cultural na América Latina. Desde então, o Instituto, que nasceu como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Span), dentro da estrutura do Ministério da Educação e da Saúde, trabalhou arduamente em parceria com a União, os Estados, os municípios, a comunidade e o setor privado, buscando apoio e investimento na ampliação de uma rede de proteção e valorização do patrimônio.

Seus primeiros anos foram voltados à sensibilização da população quanto ao valor e à importância do acervo cultural representado pelos edifícios que compunham os núcleos tombados e pelos bens culturais neles existentes. As ações levaram o Instituto a alcançar prestígio internacional e deixaram como legado um volumoso número de bens salvos do desaparecimento.

Preservação, memória, identidade

Ahistória do Iphan se confunde com a história cultural do país e, por isso, a política de patrimônio se expandiu de 1937 pra cá, se relacionando com os campos mais diversos da vasta e rica cultura brasileira. Hoje, a política pública envolve a gestão urbana, a gestão ambiental, os direitos humanos e culturais, atuando desde o poder de polícia até a educação, a formação profissional e a pesquisa, sem falar de um crescente envolvimento internacional. O trabalho do Iphan deixou de ser voltado apenas ao tombamento e recuperação de bens considerados de valor histórico e artístico para o Brasil, e, ao criar uma política pública para o Patrimônio Cultural, com o envolvimento com outros entes, ressignificou sua existência.

Hoje, presente em todas as Unidades da Federação, o Iphan tem sob sua proteção dezenas de bens imateriais registrados; milhares de bens tombados, entre imóveis, sítios e conjuntos urbanos, terreiros de matrizes africanas, vasto patrimônio ferroviário; sítios arqueológicos; mais de um milhão de objetos catalogados, incluindo acervos museológicos; cerca de 250 mil volumes bibliográficos; ampla documentação de arquivo. Além da responsabilidade pela conservação de todo o patrimônio protegido, o Instituto enfrenta os desafios da sua sustentabilidade, da dinâmica dos processos culturais.

Ampliação do conceito de Patrimônio Cultural

“Definir o que seja bem cultural implica por princípio numa antidefinição, dada a multiplicidade das manifestações que emergem das estruturas sociais formadoras da civilização brasileira.”

Aloísio Magalhães

Ao longo desses 80 anos, a ampliação do sentido do patrimônio, na mesma direção do ocorrido com a política cultural como um todo, passou a requerer que a proteção do Estado se estenda desde um sítio urbano complexo e dinâmico como o Plano Piloto de Brasília (DF), até a pequena casa de madeira povoada de objetos de uso cotidiano do seringueiro Chico Mendes, em Xapuri (AC); da salvaguarda dos modos de fazer tradicionais relacionados ao manejo de alimentos ou recursos naturais, a celebrações como o Círio de Nazaré ou a Festa do Bonfim; ou a expressões como o Frevo, a Roda de Capoeira e a Arte Kusiwa dos índios Wajápi.

Espaços de reprodução das matrizes africanas, de práticas religiosas e que representam a luta e a resistência do povo negro no Brasil, os terreiros de matrizes africanas também são reconhecidos pelo Iphan como Patrimônio Cultural Brasileiro. Em 1986, rompendo barreiras até então intransponíveis, foi tombado o Terreiro da Casa Branca, em Salvador (BA), o precursor, que abriu o caminho para a proteção de outros oito terreiros, nas duas últimas décadas. O caminho estava aberto, também, para a criação da política de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial (Decreto 3551/2000) que, mais do que conferir títulos, declara a responsabilidade do Estado com esses bens. Na sequência, agregou-se a valorização da diversidade linguística. O Brasil, que em mais de 500 anos, tem como língua oficial o Português, possui falantes de mais de 250 línguas faladas, entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afrobrasileiras. É o caso, por exemplo, das línguas indígenas Asurini, Guarani Mbyá e a de migração Talian, já reconhecidas como Referência Cultural Brasileira.

A preservação dos bens arqueológicos, elementos representantes dos grupos humanos responsáveis pela formação da identidade da sociedade brasileira, também está sob a responsabilidade do Iphan. Além de sua proteção, em 1986, o patrimônio arqueológico passou a fazer parte da agenda dos estudos de impacto ambiental. Com o objetivo de estabelecer padrões nacionais no âmbito da identificação dos sítios, das coleções arqueológicas e do registro da documentação produzida, subsidiando as ações de gerenciamento, o Iphan criou em 1997 o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA), e desde 2002, vem buscando compatibilizar as etapas do licenciamento ambiental às fases da pesquisa arqueológica.

Os próximos 80 anos

O momento é de grande importância para avaliar os avanços obtidos – como a consolidação dos marcos regulatórios – e também para refletir sobre o futuro da política de valorização do patrimônio cultural. Entre as metas do Iphan – que o acompanham desde sua criação até os dias de hoje – estão o estímulo à participação social na preservação cultural; a identificação do Patrimônio Cultural Brasileiro; e a manutenção de uma estrutura eficiente.

A formulação de políticas e a existência de fontes de financiamento para a preservação podem ser consideradas desafios atuais e que se projetam para o futuro. Refletindo sobre toda sua história, o Iphan inicia um novo caminho, alinhando a preservação do Patrimônio Cultural com o desenvolvimento das cidades, visando a integração com outras políticas públicas, como educação, saúde e turismo, com o foco na melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, é fundamental estabelecer o diálogo com os diversos parceiros na gestão do Patrimônio Cultural, incluindo nesse desafio, como protagonista, toda a sociedade civil.

“É nossa tarefa procurar adequar os serviços deste Instituto às solicitações do nosso tempo”. As palavras sábias de Aloísio Magalhães, proferidas há quase 40 anos, ainda motivam e norteiam. Assim o Iphan segue firme na sua missão de preservação e salvaguarda.

Medalha Mário de Andrade homenageia parceiros da preservação do Patrimônio Cultural



“Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cinquenta,
As sensações renascem de si mesmas sem repouso,
Ôh espelhos, ôh! Pirineus! ôh caiçaras!
Si um deus morrer, irei no Piauí buscar outro!

Abraço no meu leito as melhores palavras,
E os suspiros que dou são violinos alheios;
Eu piso a terra como quem descobre a furto
Nas esquinas, nos táxis, nas camarinhos seus próprios beijos!

Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cinquenta,
Mas um dia afinal eu toparei comigo...
Tenhamos paciência, andorinhas curtas,
Só o esquecimento é que condensa,
E então minha alma servirá de abrigo.”

Eu sou trezentos – Mário de Andrade

Dos trezentos-e-cinquenta que formaram Mário de Andrade, serviu de casa e berço o poeta das primeiras linhas que desenharam o Instituto. O ano era 1936. Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, convidou o diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo a redigir um anteprojeto que versasse sobre a criação de um serviço responsável pelo patrimônio artístico nacional. Era Mário. E versou, como em poesia, alguns dos primeiros passos da caminhada que já se estende em 80 anos.

O anteprojeto discorre sobre os objetivos da nova instituição, delimitando seu campo de ação e propondo até mesmo sua estrutura técnico-administrativa. Ele serviu de base para que no ano seguinte, 1937, fosse criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), pela Lei nº 378, e foi também a origem de muitos dos conceitos que regem as políticas atuais para o Patrimônio Cultural, abordando-o em um amplo campo de ação, que engloba as manifestações do folclore e da arte popular e reconhece os bens culturais não só pela monumentalidade, mas pelos tantos valores que lhes são atribuídos.

Anos mais tarde, quando da consolidação da nova instituição, Mário de Andrade foi o primeiro responsável pela condução dos trabalhos da 4ª Região do Sphan, que compreendia os estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dando continuidade à parceria e amizade com seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Até a sua morte, em fevereiro de 1945, o escritor manteve suas colaborações junto ao que hoje conhecemos como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

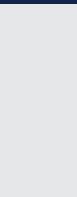
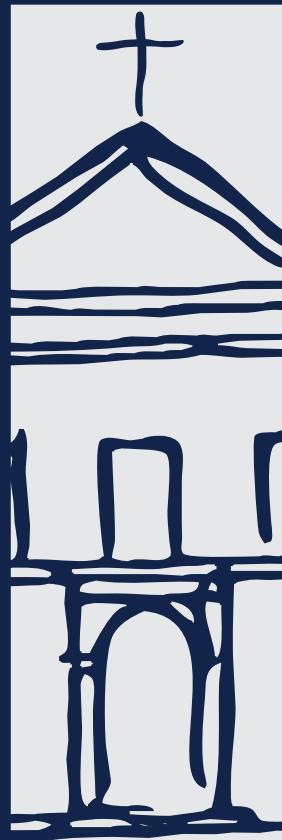
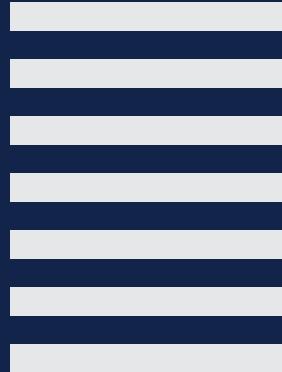
Intelectual, musicólogo, ensaísta, crítico literário, folclorista e turista aprendiz, Mário de Andrade é um dos principais nomes nas trajetórias de preservação

do Patrimônio Cultural brasileiro. Não só por sua contribuição formal, simbolizada no texto do anteprojeto; nem só por suas produções artísticas de vanguarda, gravadas na nossa história na *Semana de Arte Moderna* de 1922 e em obras como *O Turista Aprendiz* e *Macunaíma*; mas também por sua atuação incansável como verdadeiro etnógrafo da cultura brasileira. Em suas vivências e andanças, Mário de Andrade olhou e narrou o país com admiração e crítica, buscando compreendê-lo em suas veredas e rios, nas artes, nos ritos e nos gostos de sua gente.

Seguindo a rota que lhe foi traçada, o Patrimônio Cultural Brasileiro segue caminhando, entre desafios, mudanças, permanências e a diversidade que lhe é tão rica e particular. Com ele, o Iphan dá continuidade à sua missão, consolidando-se na gestão do Patrimônio Cultural ao longo dos últimos 80 anos como uma das instituições públicas brasileiras mais respeitadas na América Latina e no mundo.

No ano de 2017, no âmbito das comemorações dessas oito décadas na defesa da cultura nacional, a Instituição resgata a figura de Mário de Andrade para homenagear parceiros que, assim como ele, tanto contribuíram para a valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro. Assim, durante a cerimônia de 30 anos do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, 200 nomes – entre personalidades e instituições – serão agraciados com a **Medalha Mário de Andrade**.

A honraria é um agradecimento e reconhecimento a esses parceiros, por seu notório apoio na promoção e proteção dos bens culturais do Brasil, de modo a garantir sua permanência e usufruto para as gerações atuais e futuras; no incentivo à continuidade dos trabalhos do Iphan; e na continuidade das ações que enaltecem e valorizam a riqueza cultural dos tantos brasis que nos cercam e transformam.



“Quando se pensa no contexto contemporâneo das democracias plurais, o Estado exerce um papel fundamental no sentido de proporcionar a pluralidade de participação social e promover a diversidade cultural acerca da relação que a sociedade tem com seu Patrimônio Cultural. O que significa dizer que, quando se constrói uma esfera de debates que se forja a partir de ações pluralistas com a ampla participação social, ocorre um fortalecimento dos grupos sociais, e, por conseguinte, uma maior credibilidade dessas políticas que são empreendidas pelo Estado.”

Gabriela Sobral Feitosa (trecho da dissertação *O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – PRMFA: Análise e perspectivas de uma ação cultural*)¹

Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Há 30 anos, durante as comemorações de seu cinquentenário, o Iphan criou uma premiação visando reconhecer projetos da arte e da cultura nacionais, homenageando o trabalho de personalidades dessas duas áreas. Para batizar a ação, nada mais natural do que celebrar o nome do primeiro presidente da instituição, um dos principais símbolos de sua história e personificação dos hercúleos trabalhos realizados em seus primeiros anos: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Inserido e fortalecido dentro das práticas institucionais, o Prêmio foi trilhando novos caminhos, assim como as políticas de preservação do Patrimônio Cultural conduzidas ao longo desses anos. O Iphan mudou, expandiu seu campo de ação, tanto no aspecto geográfico, quanto em área de atuação, e a premiação acompanhou essa jornada, evoluindo em peso e em significados.

Hoje, no ano em que se comemora os 80 anos do Instituto, o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** vem comemorar também as suas três primeiras décadas. Seu caráter se transformou e a ação cultural passou a ser, de fato, uma premiação pública, voltada a projetos e iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural realizados por pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, em todo o Brasil. Seu propósito é prestigiar os trabalhos que, por sua originalidade, vulto ou caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento.

Nessa caminhada, o Iphan teve a oportunidade de conhecer, por meio do Prêmio, grandes e inúmeros parceiros, que em pequenas comunidades, grupos, organizações da sociedade civil, grandes associações ou empresas de todos os cantos do país, realizam em seu cotidiano a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Tais parceiros, e seus valiosos projetos, ultrapassam o alcance do poder público e atuam como os “verdadeiros guardiões de seu Patrimônio”, como se referiu Aloísio Magalhães.

1. FEITOSA, Gabriela Sobral Marques. *O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – PRMFA: Análise e perspectivas de uma ação cultural*. Iphan, Rio de Janeiro, 2017. Pesquisa desenvolvida a partir das experiências teóricas e práticas promovidas pelo Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan.



Edital renovado

Para sua edição de número 30, o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** trouxe algumas novidades que marcam esse processo de mudanças e desenvolvimento. Foram selecionados oito trabalhos representativos de ações preservacionistas relativas ao Patrimônio Cultural, divididos em quatro categorias:

Categoria I - Iniciativas de excelência em técnicas de preservação do Patrimônio Cultural: visa valorizar e promover iniciativas de excelência em preservação do patrimônio cultural material envolvendo ações de identificação, estudos e pesquisas, projetos, obras e medidas de conservação e restauro;

Categoria II - Iniciativas de excelência em processos de salvaguarda do Patrimônio Cultural: visa valorizar e promover iniciativas de excelência em salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, envolvendo ações de identificação, documentação, estudos e pesquisas, reconhecimento e valorização;

Categoria III - Iniciativas de excelência em promoção do Patrimônio Cultural: visa valorizar e promover iniciativas referenciais que objetivem comunicar, interpretar, divulgar, difundir, e educar para o patrimônio cultural, material e/ou imaterial, para as atuais gerações;

Categoria IV - Iniciativas de excelência em gestão compartilhada do Patrimônio Cultural: visa valorizar e promover iniciativas referenciais que demonstrem o compromisso e a responsabilidade compartilhada para com a preservação e/ou salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.



Assim, o Prêmio é agora atribuído a dois projetos por categoria, no valor de R\$ 30 mil para cada ação premiada. Foram 296 ações inscritas nas superintendências do Iphan nos Estados. Cada uma delas trouxe um pequeno e impactante retrato do Brasil – em seus mais profundos recantos, casas, caras e memórias. Por suas potencialidades, 68 projetos seguiram para a Comissão Nacional de Avaliação, que então se debruçou sobre histórias, rostos, cores, festas e saberes tantos, até que fossem definidas as oito vencedoras da 30ª edição.

Nesse ano de 2017, os Estados de Amapá, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo emplacaram ações premiadas, celebrando iniciativas que trazem à tona a diversidade cultural brasileira, a criatividade de seu povo e as possibilidades inúmeras de conhecer e salvaguardar o Patrimônio Cultural.

O **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** é, assim, uma oportunidade de conhecer esses caminhos e incentivá-los, fortalecendo seus trabalhos, mas também inspirando outros que já acontecem e os tantos que ainda estão por nascer.

O aporte financeiro, o reconhecimento nacional, a visibilidade das comunidades envolvidas, a aproximação com novos parceiros e investidores e a possibilidade de continuidade são consequências mais do que merecidas para esses projetos, pois consolidam a ideia de gestão participativa, sustentável e cidadã que o Iphan propõe para os seus próximos 80 anos, e outros mais, que estão por vir.

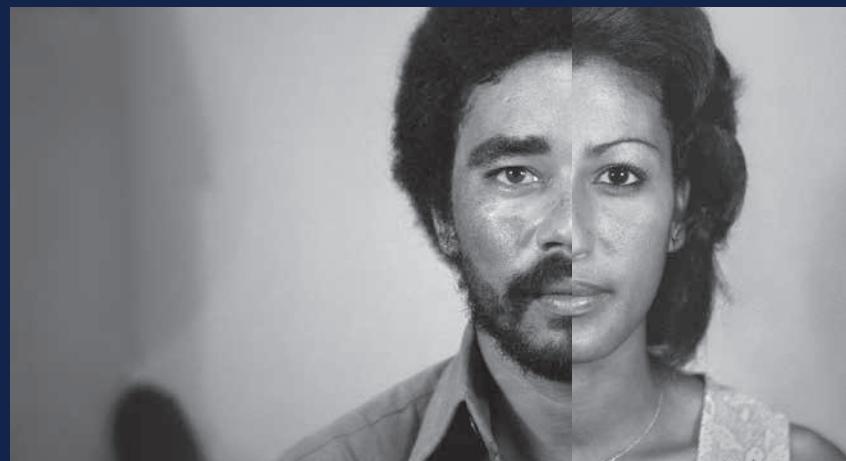
Arquivos e testemunhos. Oficina de Criatividade São Pedro (RS)

"O aporte financeiro conferido pela premiação possibilita a melhoria da conservação dos documentos, aquisição de equipamentos e outras melhorias, mas também reconhece os trabalhos conduzidos pela Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro como caminhos possíveis dentro de um universo árido como o do antigo hospício. Caminhos onde, para além do visível e do concreto, a cultura e a arte originam o movimento, humanizam e traduzem as diversas dimensões do real." Bárbara Neubarth, coordenadora do projeto.



Retratistas do Morro (MG)

"O Prêmio aponta uma virada histórica para a construção dos valores que orientam as prioridades nacionais, no que diz respeito a percepção sobre as identidades culturais. É fundamental reconhecer a importância das memórias que representem o fruto da experiência coletiva das populações, possibilitando a formação de imaginários e noções históricas baseadas em múltiplas narrativas, imagens, percepções e pontos de vista, que, sendo complementares, permitirão interpretações menos desiguais e distorcidas das realidades." Guilherme Cunha, coordenador do projeto.



Inventário de Folias Religiosas do Amapá (AP)

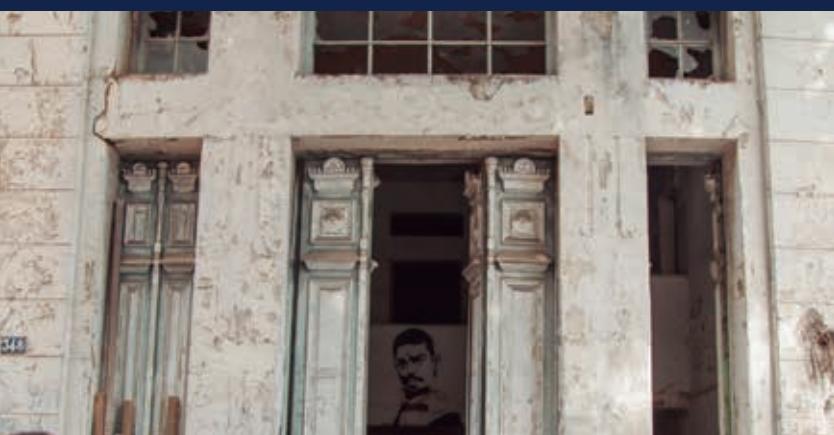
"O Prêmio trouxe novo ânimo, mais gás para o trabalho que a gente vem realizando. Somos uma entidade da sociedade civil que quer contribuir, deixar sua marca na pesquisa, na produção de conhecimento. Quero dizer, nós da Amazônia, pesquisadores, comunidades, estamos olhando para nós mesmos. Buscando nos compreender e nos fazer compreender. Nos posicionar no mundo. E isso nem sempre é levado a sério. Então, esse reconhecimento do Iphan é extremamente importante para nós!" Decleoma Lobato Pereira, coordenadora do projeto.



Acevo Maracá (SP)

"Estamos muito felizes com a notícia da premiação. O **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** é um reconhecimento importante ao trabalho de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, e agrega ao Acervo Maracá uma relevância como conjunto de referência em registros de nosso patrimônio imaterial." Renata Amaral, coordenadora do projeto.





Encontro Mestres do Mundo (CE)

“A conquista do Prêmio simboliza o reconhecimento de mais de uma década de valorização e difusão dos fazeres da cultura tradicional popular. Encaramos como uma certificação que aponta para a continuidade e ampliação deste intercâmbio de saberes tradicionais e do encontro com seus guardiões. Sendo os Mestres e Mestras da Cultura do Ceará os protagonistas desta ação, apresenta-se como uma homenagem pela importância dessas práticas, tradições e ofícios.” Fabiano dos Santos Piúba, secretário da Cultura do Estado do Ceará.

Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória (MG)

“O Prêmio veio para nos mostrar que valeu a pena cada obstáculo que tivemos e que estamos no caminho certo. É a coroação de uma jornada difícil para ser concretizada, mas muito instigante e que nos deu maior dimensão da riqueza que temos escondida pelo interior desse país. Esse Prêmio, que tanto respeitamos, estimula os fazedores de cultura a continuar nessa estrada”. Evanize Sydow, coordenadora do projeto.

Porto Digital (PE)

“Para o Porto Digital, este Prêmio tem um significado muito especial. Através dele, divulgarmos as ações que desenvolvemos no âmbito da preservação do Patrimônio Cultural. O Porto Digital já é reconhecido como relevante para a economia e para a reabilitação de áreas históricas do Recife, mas este é nosso primeiro prêmio relacionado à atuação cultural. É uma chancela inequívoca de que o Porto Digital é, de fato, uma política pública voltada a reabilitar uma zona histórica e que deu certo.” Leonardo Guimarães, diretor executivo do Núcleo de Gestão do Porto Digital.

Espaço Luiz Estrela (MG)

“O Prêmio é o reconhecimento do esforço coletivo feito por muitas mãos delicadas para segurar de pé o pesado casarão e não deixar arruinar uma parcela dolorosa da memória da cidade que estava sendo apagada. É fortalecimento para restauração do casarão com a mistura de muitas vidas envolvidas nos coletivos que o compõem. Traz energia para continuidade da invenção de processos formativos e educativos em torno da cultura, entendida como aquilo que não se atém às artes, mas tenta embaralhar e lambuzar as formas com que nos relacionamos.” Priscila Musa, coordenadora do projeto.

Rodrigo

Melo Franco de

Andrade



Pai e amigo zeloso, um homem impecável em seus princípios, servidor público obstinado na árdua missão de valorizar e proteger os bens culturais que resguardam a memória e a história do povo brasileiro. Rodrigo Melo Franco de Andrade, advogado, jornalista e escritor nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1898. Um visionário, que sempre empenhou esforços para consolidação de políticas de preservação do Patrimônio Cultural do Brasil. Foi em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, que Dr. Rodrigo, como era chamado por muitos, deu início às atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Span). Criado oficialmente pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, hoje, atuando como Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a autarquia tem a honra de celebrar 80 anos, cumprindo com zelo seu dever de preservar e proteger o patrimônio cultural do país. Como descreveu Lucio Costa em seu prefácio para o livro *Rodrigo e seus tempos*, "Rodrigo era assim. Ele aliava a seriedade à graça, a prevenção à bonomia, a erudição à gentileza. Visceralmente pessimista, incutia, nos outros, fé nos valores e esperança. Filho e irmão do maior apego e ternura, - pai de verdade".

"Há algumas palavras-chave que me ocorrem em relação a meu pai e seu trabalho. Entre elas, a expressão realismo. Realismo no sentido estrito de consciência dos limites entre o possível e o inalcançável. Parece-me que foram esses os parâmetros que nortearam o Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que – de 1937 a 1967, período em que ele esteve à frente do Serviço do Patrimônio – permitiu dar proteção legal a muitas centenas de monumentos, conjuntos arquitetônicos parciais e integrais de cidades; proceder à classificação, catalogação e restauração sistemática dos documentos dos cartórios de Mariana, Sabará, de Ouro Preto e da antiga capitania de Goiás e à realização de pesquisas, estudos, decifração e restauração de códices e manuscritos antigos dos arquivos eclesiásticos e civis de vários estados".

Clara de Andrade Alvim

(trecho do artigo: *Rodrigo Melo Franco de Andrade, meu pai*)



“

Amigo por vocação, a sua capacidade de se dar a uma tarefa ou a alguém não tinha limites, e a sua tarimba jornalística inicial – direção e redação – o marcou para sempre”.

Lucio Costa

(*Rodrigo e seus tempos*/Rodrigo Melo Franco de Andrade)



Amor à arte e à cultura

Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu na cidade de Belo Horizonte no dia 17 de agosto de 1898. Filho mais velho do casal Rodrigo Bretas de Andrade, professor de direito criminal na Faculdade de Direito de Minas Gerais e procurador seccional da República, e de Dália Melo Franco de Andrade, tornou-se o maior contribuinte na consolidação da defesa e promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Era um homem com pensamentos à frente de sua época. Aos 12 anos, Rodrigo Melo Franco de Andrade saiu do Brasil para estudar no Lycée Janson de Sailly, em Paris, na França, onde conviveu com acadêmicos, escritores e artistas, como Graça Aranha, Tobias Monteiro, entre outros. Desde muito jovem, já demonstrava o interesse pelas artes, e a preocupação em se preservar as relíquias arquitetônicas e históricas. De volta ao Brasil, Rodrigo conhece os mais influentes intelectuais da época, dialogando com o grupo formado por artistas herdeiros dos ideais da *Semana de 1922*, mantendo contato com personalidades importantes da produção artística, como Cândido Portinari, Manuel Bandeira e Mário de Andrade, promovendo a cultura nacional, sempre engajado na luta pelo desenvolvimento social e político.

“O diligente espírito de solidariedade reinante em nossos círculos literários, se parece incontestavelmente louvável e abonador da boa índole nacional, não deixa também, por outro lado, de produzir efeitos embaraçosos. É assim que, depois de havermos admirado os transportes tocantes de ternura recíproca com que se festejam os nossos homens de letras, a todo momento, vamos experimentar os inconvenientes derivados da expansão daqueles sentimentos de camaradagem, que são tanto mais dignos de encômios quanto mais raros entre gente mesmo ofício por esse mundo além”.

Rodrigo Melo Franco de Andrade

(*Rodrigo e seus tempos*/Rodrigo Melo Franco de Andrade)

“Quando o Instituto do Patrimônio foi criado, em 1936, seu plano já incluía um conceito amplo de bem cultural. Não privilegiava apenas o nosso acervo histórico e artístico feito em pedra e cal. O grande golpe inteligente de seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi o de instituir a lei com toda a abrangência. Mas, por razões lógicas e inevitáveis, ele foi obrigado a se dedicar quase exclusivamente aos bens em perigo de extinção: casas, igrejas, conventos, conjuntos urbanísticos, monumentos. Através desse conceito, tratado por ele com todo rigor e coragem, Rodrigo conseguiu estabelecer no país um gabarito ético para os nossos bens culturais”. Aloísio Magalhães (*E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*).

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Em 1921, Rodrigo M.F. de Andrade atuou como colaborador dos jornais *O Dia* e *O Jornal*. Em 1926, tornou-se redator-chefe da *Revista do Brasil*, que se transformou em importante instrumento de manifestação dos ideais modernistas. Na política, foi chefe de gabinete de Francisco Campos, no Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, no governo Getúlio Vargas. Durante a gestão de Gustavo Capanema no ministério (1934-1945), muitos intelectuais, escritores e artistas colaboraram para fortalecer a ideia da criação de uma instituição voltada para a preservação do patrimônio cultural, entre eles Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Sergio Buarque de Holanda e Manuel Bandeira. Em 1936, Capanema solicitou a Mário de Andrade a elaboração de um projeto para a criação do, na época, Sphan. A partir deste trabalho, sob a coordenação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a instituição foi criada pela Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Em 30 de novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-Lei Nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e institui o instrumento do tombamento. Ainda hoje, é o principal instrumento de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

“Mais um relevante trabalho do ministro Gustavo Capanema ao país a criação do Serviço de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, com a incumbência entre outras múltiplas e variadas, de realizar o tombamento geral dos monumentos e evitar a evasão de obras, objetos de arte e de história dignos de nossas tradições e do nosso apreço”. Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a criação do SPHAN. Assim, Rodrigo Melo Franco de Andrade, definia a criação e os trabalhos iniciais da instituição.

Ao assumir a direção do Sphan, em 1937, a primeira instituição dedicada à preservação do patrimônio cultural, da América Latina, Rodrigo Melo Franco de Andrade realizou programas de treinamento de técnicos, coordenou trabalhos de recuperação das instalações do Sphan, empreendeu disputas judiciais, trabalhando com afinco pela sobrevivência da instituição, esforçando-se em promover, no Brasil e no exterior, uma consciência nacional de preservação do Patrimônio Cultural. Para isso, contou com a colaboração de uma equipe especializada, formada por pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores e mestres-de-obras. Ele também orquestrou a realização de inventários, estudos e pesquisas, execução de obras de conservação e restauração de monumentos; organização de arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares; reunião de um valioso acervo fotográfico; e estruturação de biblioteca especializada. Pinturas antigas, esculturas e documentos foram recuperados e inúmeros bens protegidos com a criação de museus regionais e nacionais: o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938); das Missões, em Santo Ângelo (1940); do Ouro, em Sabará (1957); o Regional de São João del-Rei, (1963); entre outros.

“Ele misturava amizade com trabalho, e a gente, então, fazia por amor. Ganhava-se muito pouco, mas trabalhava-se com muito amor. E foi uma verdadeira alfabetização no setor, porque ninguém conhecia nada. O que os arquitetos recém-formados conheciam desse trabalho de restauração de obras? Foi tudo aprendido aqui, na prática, na própria execução. Fazendo e aprendendo”. Entrevista com Judith Martins. *Série Memórias do Patrimônio*, 1.

Rodrigo Melo Franco de Andrade faleceu no Rio de Janeiro, em 1969, mas seu legado ainda hoje é transmitido pelos significados mais íntimos de Patrimônio Cultural e se confunde com a trajetória da preservação no país, a ponto de simbolizá-la. Ao término de sua gestão, o Iphan estava consolidado, reconhecido no país e internacionalmente pelo êxito de suas ações e realizações voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural.

“Intelectual e homem de ação, a sua incansável atividade diária era sempre entremeada pela presença na repartição de personalidades do meio cultural, artístico e político, inclusive notáveis estrangeiros, porque o SPHAN foi órgão inovador em termos internacionais. Daí o respeito que sempre mereceu. Com Rodrigo, o clima no Patrimônio era universitário. Ele orientava, atraía os colaboradores mais qualificados, editava revistas, estimulava vocações. As portas estavam abertas, acolhia a todos, era o reitor – e essa irradiação estendia-se a todo país”. Lucio Costa (*Rodrigo e seus tempos*)

Obrigado, meu velho

Quando a gente tinha um problema de ordem moral... nem precisava ser de ordem moral, às vezes um desses probleminhas comuns do cotidiano, o jeito era telefonar a Rodrigo. Para pedir conselho, pedir interferência, ou simplesmente desabafar. Os mais aflitos irrompiam sem aviso prévio em seu gabinete de trabalho na DPHAN. Encontravam-no curvado sobre o papelório, com olhos míopes, desligados do mundo, lendo processos ou redigindo pareceres em que o escritor, o artista, o advogado e o homem público se unificavam numa visão perfeita da matéria. Rodrigo interrompia a tarefa sem demonstrar enfado (sabe Deus como aquele serviço era urgente), abria um sorriso para o visitante ("oh, querido") e logo dedicava ao casinho particular do amigo a mais desvelada atenção.

Assim era ele, assim o restituía ao nosso convívio, neste primeiro aniversário de sua morte. Alô, Rodrigo, como vai? Você precisa criar coragem e completar aquela operação na vista. Não tem tempo? Deixe disso, homem de Deus. Largue um pouco essa lida no Conselho de Cultura, depois de mais de trinta anos de lida na DPHAN. Procure esquecer por alguns momentos que há sobrados oitocentistas caindo aos pedaços por falta de verba para restaurá-los, ou por falta de liberação da pequena verba destinada à restauração. Não leve para casa a angústia daquele monumento em ruínas, daquele chafariz que o caminhão desembestado reduziu a cacos, daquela prefeitura que mandou botar meia dúzia de leprosos no casarão para impedir a vistoria, daquele bispo que trancou a igreja para você não levar lá dentro os seus técnicos incumbidos de raspar a absurda pintura nova e recompor a douração original. Você perdeu aquela causa contra a imobiliária que pretende erigir um edifício de apartamentos tapando completamente a vista daquela igrejinha encantadora sobre a baía? Mas vejo que o recurso à instância superior já está preparado, e vejo mais que você mesmo redigiu as razões do procurador da República, para defender o interesse da União...

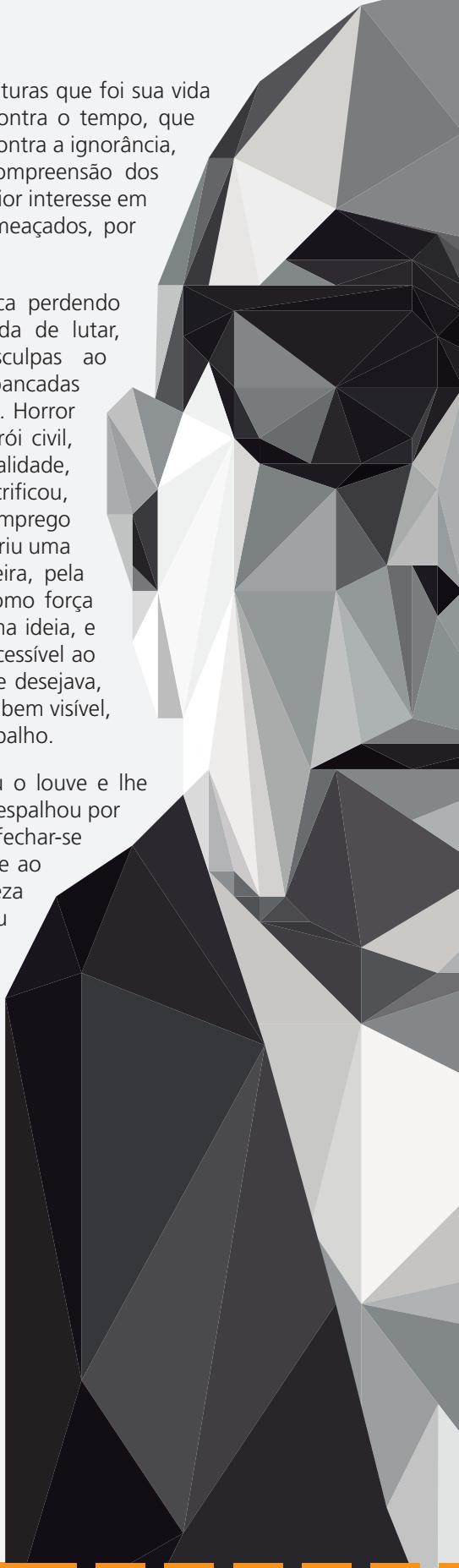
Ah, pobre Rodrigo, todas as dores do Patrimônio Histórico, todas as ofensas ao que constitui o bem artístico do país recaem sobre os seus frágeis ombros, e você, pequenino, você, pobre e desinteressado de renome e poder, se impôs a obrigação de não deixar passar nenhum atentado sem acudir para remediar-lo, quando não fosse possível impedi-lo.

Daqui estou assistindo ao filme de aventuras que foi sua vida aparentemente sem aventura: a luta contra o tempo, que corrói a pedra e gera o esquecimento; contra a ignorância, a cobiça, a rotina, o desamor, a incompreensão dos próprios homens que deveriam ter o maior interesse em receber a ajuda salvadora dos bens ameaçados, por serem donos deles.

Que áfrica, seu Rodrigo! E você nunca perdendo esta sua maneira comedida e civilizada de lutar, como quem estivesse pedindo desculpas ao adversário por ter de aplicar-lhe umas pancadas no lombo... Firmeza sem dramaticidade. Horror ao cartaz, à criação da imagem do herói civil, que tudo sacrifica à sua causa. Na realidade, foi a vida toda que você dia a dia sacrificou, no monótono, espinhoso e amargo emprego público a que foi solicitado, e no qual abriu uma perspectiva nova para a cultura brasileira, pela integração do passado no presente, como força vitalizadora. Você pôs em circulação uma ideia, e elaborou os modelos que a tornaram acessível ao entendimento. Não conseguiu tudo que desejava, e sofreu com isso, mas o que fez aí está bem visível, intimando os outros a prosseguir no trabalho.

Não desconverse, amigo, deixe que eu o louve e lhe agradeça todo o bem público que você espalhou por aqui. Agora você não pode protestar, fechar-se na sua concha. A vida completa abre-se ao julgamento, e vemos que foi uma beleza em sua discrição exemplar e em seu devotamento absoluto. Quanta coisa lhe ficamos devendo. E a maioria nem sabe que deve, mas isso que importa? Somos todos devedores. Você nunca foi de cobrar dívidas. Você sempre foi de dar sem receber. Já não falo no campo da amizade, que há de ficar defeso à curiosidade geral. Basta dizer que você foi o amigo, e quem entende esta palavra dá-se por satisfeito. Agora entendo, por minha vez, que você estendeu sua concepção de amizade, do plano individual ao plano nacional, e foi verdadeiramente, com a mais deliciosa modéstia, o amigo do seu país, aquele amigo que não descansa, não vacila, não regateia serviço. Sim, você foi esse amigo de nós todos: na surdina, e perfeito. Obrigado, meu velho.

Carlos Drummond de Andrade: *O poder ultrajovem*. Record, 1987.







Categoria

Oficina de Criatividade do
Hospital Psiquiátrico São Pedro
Retratistas do Morro





Arquivo e Testemunho:

do Hospital Psiquiátrico São Pedro | Porto Alegre



"DESENHOS, PINTURAS, AGUACHAVES, TINTAS, LINHAS, PAPÉIS, PINCÉIS, TINTAS, AGULHAS, LINHAS E PANOS. AO VERMOS AS PESSOAS DESENHANDO, PINTANDO E BORDANDO, CONCLUIAMOS QUE A EXPRESSÃO POR MEIO DA ARTE POSSIBILITAVA RUPTURAS E SE INSERIA COMO DISPOSITIVO DE SAÚDE MENTAL E REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL"

Por Bárbara Neubarth para o livro *Arte e Loucura: Vida Silenciosa e Marginal* - Luiz Guides, publicado por Mara E. Weinreb.

A poesia surge das palavras delineadas nos papéis, nas paredes, nos muros, no chão, como se fossem verdadeiros quadros, que transbordam vida e imaginação. Não há barreiras, não há limites para criar. Nas pinturas de tons vibrantes, percebe-se a dança entre as cores, formando traços aleatórios. A liberdade criativa deu origem a obras de arte expressas pelas mentes que transitam entre o que se chama de real e o irreal. Foi no ano 2000, que o projeto coordenado pela professora Tania Mara Galli Fonseca, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), deu origem a uma pesquisa desenvolvida na **Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro** (RS), que resultou no processo para criação de um acervo para salvamento e guarda das obras de expressão artística produzidas pelos pacientes residentes, ou não, do hospital. A partir dos trabalhos expressivos de pinturas, desenhos, bordados e escritas, que um rico acervo cultural foi produzido. Coordenada pela psicóloga Bárbara Neubarth, a iniciativa é inovadora e congrega as ciências humanas com as políticas de saúde.

A LOUCURA EM CONSONÂNCIA COM A ARTE

"AS RELAÇÕES ENTRE ARTE E LOUCURA SEMPRE DESPERTAM MUITA CURIOSIDADE E INQUIETUDE POR SUA INTRÍNSECA RELAÇÃO POLÊMICA EM DESAFIAR CONCEITOS COM UM DISCURSO QUE NÃO SE COMPLETA EM SEPARADO E OUSA COM ESTÉTICA MUITO PARTICULAR SUAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS SÃO SUBMETIDAS FACILMENTE AO DESCARTE PELO SISTEMA VIGENTE, EM QUE QUANDO NÃO HÁ LUCRO, NÃO HÁ VALOR!"

(Arte e Loucura: Vida Silenciosa e Marginal - Luiz Guides, de Mara E. Weinreb)

"O trabalho na oficina se debruça sobre a produção expressiva de pessoas que vivem atormentadas por intenso sofrimento psíquico. Mesmo estando na área da saúde, nossa pesquisa se vincula à área da cultura, pois integra questões sobre ética, estética, inclusão, memória e testemunho, além de envolver complexas condições de conservação do acervo. É pela potência de nosso objeto que nos dedicamos com afinco a ações de preservação deste patrimônio. Da organização à catalogação dos documentos que dão suporte a inúmeras pesquisas, em diferentes áreas de conhecimento, num amplo leque entre a saúde e as humanidades, entre a loucura e a arte, às investigações, exposições, filmes e livros daí resultantes tecem delicadas tramas que buscam fundar novos lugares para sujeitos antes invisíveis", afirma Bárbara Neubarth.

Identificar, classificar e proteger os materiais artísticos como, desenhos, pinturas, modelagem em argila, bordados e textos produzidos na Oficina Criativa do Hospital Psiquiátrico São Pedro, faz parte do programa de atividades desenvolvido pelo projeto. As peças são submetidas aos procedimentos de higienização, catalogação e armazenamento para uma posterior digitalização, que compõe um banco de dados eletrônico.

A BUSCA PELA CONSERVAÇÃO E O RESGATE DA MEMÓRIA

A **Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro** desenvolve um dispositivo de expressão para que pessoas portadoras de algum sofrimento psíquico manifestem seus pensamentos e emoções por meio da arte, criando assim uma via comunicacional de inclusão social. A iniciativa alcançou relevância por catalogar o acervo da instituição, que atualmente reúne mais de 200 mil obras.

Apesar de voltado para área da saúde, o projeto produz um resultado que se vincula a um acervo de cultura, por seu caráter artístico, além de acadêmico. Para a psicóloga-coordenadora da ação, Bárbara Neubarth, "os trabalhos promovem um debate sobre inclusão das pessoas que vivem à margem da sociedade. Mostrar essas coleções compostas por várias obras artísticas é um importante modo de promover essa discussão", destaca.



Bárbara Neubarth ressalta ainda que vincular as atividades da área da saúde com a produção de bens culturais é uma ação inovadora e ousada, e proteger esse acervo é essencial para o reconhecimento desses trabalhos para arte e para a cultura nacional. “Preservar esse acervo é compreender a sua relevância para as inúmeras pesquisas, em diferentes áreas de conhecimento, além de abranger estudos sobre ética, estética, inclusão, memória e testemunho. Mesmo diante das complexas condições que envolvem a conservação desses bens, nos dedicamos com afinco às ações de proteção desse importante patrimônio”.

NÓS SOMOS UM LUGAR DE TRANSFORMAÇÃO, QUE BUSCA FAZER ESSA INTEGRAÇÃO COM O DENTRO E O FORA. PARA QUE A GENTE POSSA SER UM LUGAR DE PASSAGEM. DE COLORIR ESSE ESPAÇO DO SÃO PEDRO.

(Bárbara Neubarth, em *Arte e Loucura: Vida Silenciosa e Marginal* - Luiz Guides, de Mara E. Weinreb)





IMAGENS DO INCONSCIENTE

Ao longo dos anos o espaço Oficina e seu Acervo de Imagens do Inconsciente conseguem se projetar e se destacam como um dos mais importantes equipamentos do gênero em nosso país, sendo superado apenas pelo Museu de Imagens do Inconsciente do Rio de Janeiro. Com cerca de 200 mil documentos o Acervo da **Oficina de Criatividade** propicia importante material para problematizações referentes às relações entre arte, loucura e sociedade. Desde 2007, em colaboração com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio do trabalho desenvolvido pelas professoras Dra. Tânia Mara Galli Fonseca, do Instituto de Psicologia, e Dra. Blanca Brites, do Instituto de Artes, inicia-se um processo de salvamento do material, que se encontrava em risco, pelas péssimas condições de armazenamento.

Criada em 1990, como equipamento de reabilitação psicosocial da rede de saúde mental do Sistema Único de Saúde, a **Oficina de Criatividade** do Hospital Psiquiátrico São Pedro atende moradores, pessoas internadas na área hospitalar, clientes do ambulatório e grupos das comunidades do entorno.

O projeto funciona de segunda a sexta oferece atividades como pintura, bordado, modelagem, colagem, oficina de escrita, entre outras linguagens artísticas. Tendo por fundamentos a arte como criação e produção de vida; o trabalho em clima de confiança mútua, amor e respeito pelas diferenças; e a utilização da expressão plástica no resgate da subjetividade; as práticas artísticas, como alternativa terapêutica em saúde mental ali desenvolvidas, têm sido decisivas para consolidar uma inclusão possível, favorecendo trocas que levam a criação de novos sentidos.

AO DISCUTIR ARTE E LOUCURA COMO ARTE MARGINAL, VAMOS AOS SEUS LUGARES, DENTRO E FORA DOS MUROS, OBRA E LUGAR COLADOS, EM UM GRAU DE INTENSIDADE DRAMÁTICA, CRIANDO TERRITÓRIOS PRÓPRIOS, PROCESSOS INDICADORES MARGINAIS.

(Arte e Loucura: Vida Silenciosa e Marginal – Luiz Guides)







ADENTRAR UM HOSPÍCIO NÃO É TAREFA FÁCIL. BUSCAR O QUE RESTA DE VIDA NO MEIO DE ESPAÇOS CINZENTOS É ALGO QUE EXIGE MUITA SENSIBILIDADE A SENSIBILIDADE QUE VAI PARA ALÉM DO CONHECIMENTO QUE SE ENCONTRA EM TRATADOS OU, INCLUSIVE, EM ALGUNS LIVROS DAS POLÍTICAS MAIS CIDADÃS.

(Bárbara Neubarth, em *Arte e Loucura: Vida Silenciosa e Marginal* – Luiz Guides, de Mara E. Weinreb)



ARQUIVO E TESTEMUNHO

Houve época em que se acreditou que a arte, dentro do contexto da doença mental, poderia ser uma alternativa de cura aos males da mente. A isso, somava-se a ideia da atividade plástica como mera ocupação, pois, como já dizia o ditado popular, "mente vazia, oficina do diabo". Com o fortalecimento do movimento pela Reforma Psiquiátrica no país, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, essas concepções foram relativizadas, dando espaço ao entendimento da arte como um suporte de expressão e um meio capaz de propiciar convívio social e acolhimento àqueles que sofrem com transtornos mentais.

Diversos estudiosos da Psicologia e da Psicanálise sempre viram neste campo possibilidades interessantes. Freud dizia que a arte ajudava a pessoa a sublimar. Jung falava de um germe criador, e Lacan afirmava que a arte é o contorno em torno do vazio.

"A LINHA DE PESQUISA ARQUIVO E TESTEMUNHO TEM SIDO PRÓDICA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS JUNTO AO ACERVO DA OFICINA DE CRIATIVIDADE. SÃO FORÇAS IMPULSIONADORAS EM TORNO DE UM PROJETO MAIOR QUE ALIA PRÁTICA CLÍNICA E CONHECIMENTO ACADÊMICO. À POSSIBILIDADE DE VISIBILIZAR O ESPAÇO OFICINA E SEU ACERVO, SUA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E ACADÊMICA, NO CENÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, SERÁ UM IMPORTANTE MODO DE MOSTRAR AS COLEÇÕES AÍ PRODUZIDAS. PERMITINDO, TAMBÉM, QUE SE AMPLIE O DEBATE, AINDA OBSCURO, SOBRE PESSOAS QUE VIVEM À MARGEM DA SOCIEDADE POR CONTA DE SUA LOCURA, MAS QUE SE TORNAM PRESENÇA PELA EXPRESSÃO MATERIALIZADA EM DESENHOS, PINTURAS, MODELAGENS, BORDADOS E TEXTOS".

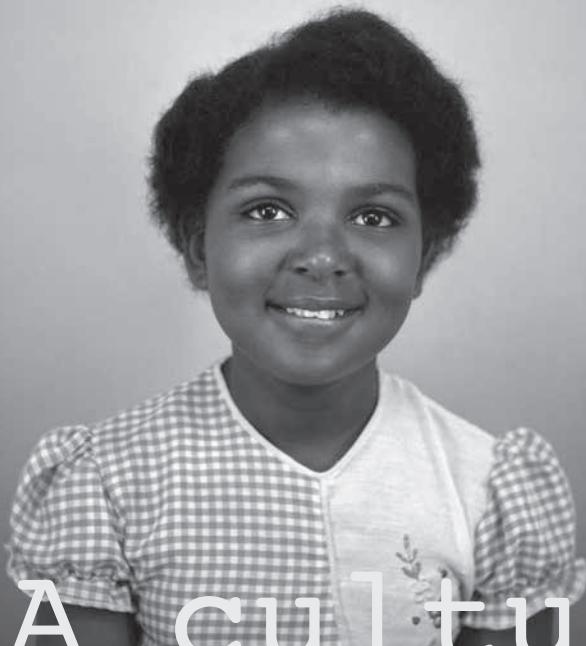
Bárbara Neubarth.



Retratos do Moro

Preservação da Memória Visual do Aglomerado da Serra | Minas Gerais





A cultura guardada foto a foto

Numa pequena estampa, grandes momentos podem ser representados, eternizando rostos, gestos, cenários, objetos, paisagens, acontecimentos, a arte. A imagem, capturada por um engenhoso mecanismo, pode registrar alguns dos detalhes mais significativos de um simples instante. Um processo artístico, que permite reproduzir as cenas que se refletem no fundo de uma câmara escura, transcendendo os limites do tempo, revivendo o que já se passou, num ato singelo de contemplar um retrato. Por meio das fotografias, a identidade cultural de uma comunidade inteira está sendo resgatada. Foi do fundo da gaveta de dona Ana Martins que as histórias do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte (MG) começaram a ser contadas.



"Ao nos mostrar seu 'tesouro', maneira como ela mesma se referiu às fotografias, um outro universo pictórico sobre a trajetória daquela população, suas identidades e matrizes culturais, foi se revelando. Cada um desses retratos apresentava parte intrínseca da história e formação, não só da região, mas da cidade de Belo Horizonte, narrada visualmente a partir do ponto de vista dos moradores da própria comunidade".

(Guilherme Vieira Pinto da Cunha, coordenador do projeto **Retratistas do Morro**)



A descoberta gerou um anseio imediato em relembrar e recontar as histórias vivenciadas pelo povo do Aglomerado da Serra. Foi a partir da necessidade de se preservar o patrimônio imagético dessas comunidades que, no dia 30 de janeiro de 2015, surgiu o projeto **Retratistas do Morro - Preservação da Memória Visual do Aglomerado da Serra**. A ação objetiva dar visibilidade às histórias das vilas e favelas que compõem o aglomerado, enfatizando as narrativas traduzidas pelos retratos produzidos, principalmente, por retratistas tradicionais que trabalharam na comunidade.

"Tivemos acesso ao acervo fotográfico da moradora da comunidade, Ana Martins de Oliveira, que nos apresentou um conjunto de aproximadamente 50 monóculos contendo imagens do seu cotidiano, junto a familiares e amigos, feitas por profissionais locais, entre as décadas de 1970 e 1980", relembra Guilherme Cunha, coordenador da ação. Foi assim que, a partir de 2010, teve início uma pesquisa que não somente resgata a memória da população

do aglomerado, mas também traz à tona a riqueza e a identidade cultural dessa comunidade. "A produção fotográfica surge a partir do encontro e da escuta. Não parte apenas de um procedimento profissional, mas, sim, do compartilhamento das vivências afetivas, daquilo que é importante e faz sentido também para o outro, com a intenção de aproximar realidades e ampliar nosso entendimento sobre as várias identidades e manifestações culturais criadas pelos diversos grupos sociais existentes no país", explica Guilherme Cunha.



Revelando as histórias invisíveis

O projeto, **Retratistas do Morro - Preservação da Memória Visual do Aglomerado da Serra**, surge como um desdobramento das ações ligadas a iniciativa que deu origem a publicação, *Memorias da Vila – Histórias dos Moradores da Comunidade da Serra*, desenvolvida a partir de um processo de convivência realizado desde 2010, junto aos moradores das diversas vilas e favelas que formam a Comunidade da Serra, hoje considerada uma das maiores do país, localizada na região centro sul da cidade de Belo Horizonte. “A proposta é revelar as realidades dos moradores de comunidades. Histórias desconhecidas para a grande maioria das pessoas que vivem em favelas”, destaca Guilherme Cunha.

“Dar visibilidade aos acervos fotográficos da população do Aglomerado da Serra é promover o surgimento de estruturas sociais mais solidárias, que reconheçam a importância de se ampliar os esforços de preservação das memórias e patrimônios culturais que representem o fruto da experiência coletiva. Mostrar aquilo que é importante e faz sentido também para o outro, com a intenção de aproximar as realidades e qualificar nosso entendimento sobre as várias identidades e manifestações culturais criadas pelos diversos grupos sociais existentes no país”.

Guilherme Cunha



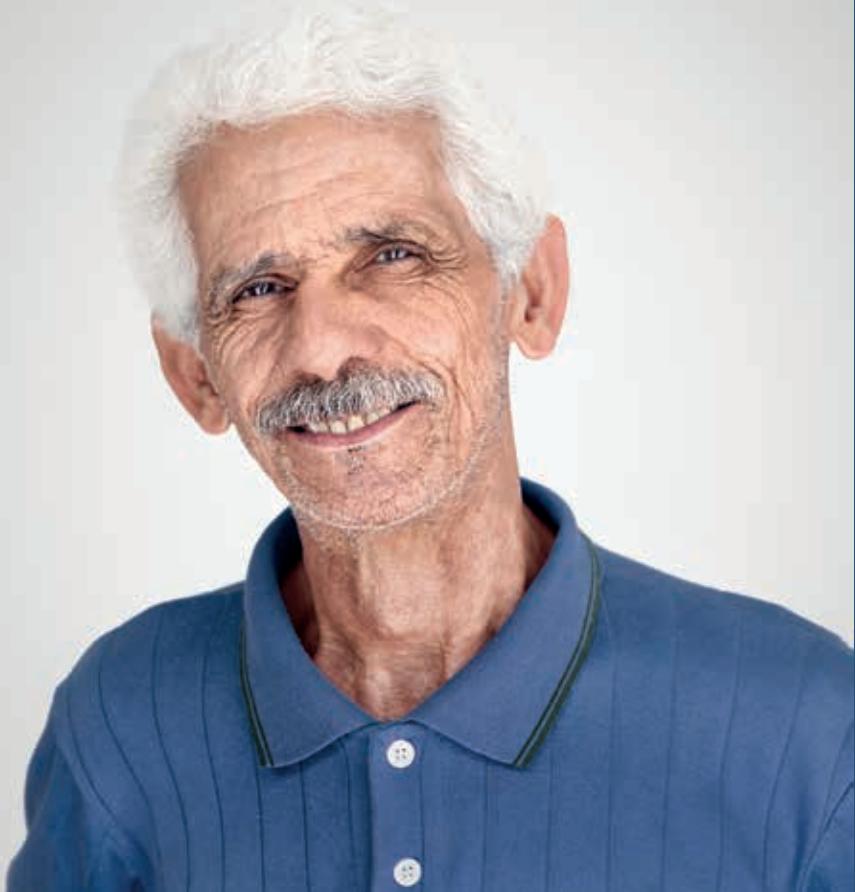
Afonso Pimenta e João Mendes: Os retratistas que revelam a tradição

Há dois anos o projeto **Retratistas do Morro** iniciou um levantamento para identificação de um grupo de retratistas que atuaram no Aglomerado da Serra por décadas, registrando o cotidiano de seus moradores. Era comum que os retratistas acompanhassem intimamente os casamentos, os nascimentos, os batizados, os jogos de futebol, os velórios, as formaturas, os bailes, as construções dos barracos, num convívio que permitia transparecer as mudanças que ocorriam ao longo do tempo, destacando as transformações das comunidades, como seus cenários sociais, político, econômico e cultural.

A intenção era conhecer suas histórias de vida, convidá-los a fazer parte do projeto e avaliar o estado de conservação de seus acervos, com o propósito de contribuir para a preservação de suas imagens e memórias. “Dentre os fotógrafos com os quais tivemos contato, passamos a trabalhar de forma mais próxima com dois deles, que se destacaram pelo volume de seus arquivos e por estarem atuando na região há mais de 45 anos. São eles, Afonso Pimenta e João Mendes”, relata Guilherme Cunha. Os registros desses fotógrafos mostravam a realidade familiar e seus movimentos cotidianos.

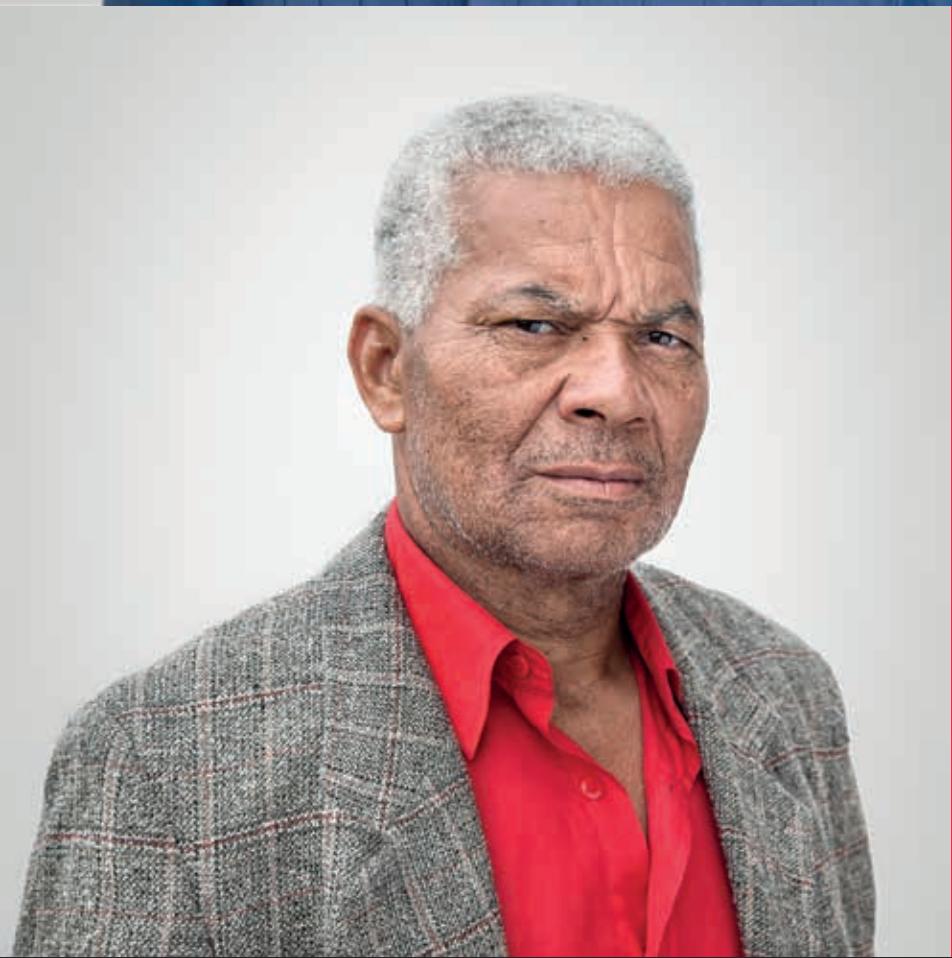






João Mendes

Nascido em Iapú, município de Inhapim, comarca de Caratinga (MG), João Mendes, trabalhou na roça com os pais desde os oito anos de idade. Aos 12 se mudou para Ipatinga (MG), em busca de uma nova vida. Depois de passar por vários empregos, aos 15 anos o jovem João inicia sua trajetória como fotógrafo. Foi chamado pelo delegado de polícia de Ipatinga para trabalhar como fotógrafo da perícia, retratando cenas de crimes e casos forenses. No dia 02 de agosto de 1973, João Mendes chega ao bairro Serra, em Belo Horizonte, onde vem trabalhando como fotógrafo há quase 50 anos. Apesar disso, suas primeiras imagens da região datam de 1968. Sua loja, Foto Mendes, é uma referência no local e por lá já foram fotografadas quatro gerações de moradores.



Afonso Pimenta

Em 1970, recém-chegado a Belo Horizonte (MG), o jovem Afonso Adriano saiu do interior de São Pedro de Suaçuí (MG), para ajudar sua madrinha, com as despesas da casa na favela do cafezal. Por falta de emprego, passou uma temporada catando e vendendo esterco até ser contratado como gari pela prefeitura. A fotografia chegou em sua vida por necessidade. Como assistente do fotógrafo João Mendes, enquanto lavava as imagens já reveladas, ia aprendendo seu futuro um ofício. Seu percurso como fotógrafo começa a se estabelecer quando passa a registrar os bailes de *soul* da comunidade, a convite de Misael Avelino dos Santos, um dos fundadores da Rádio Favela. Desde 1980, a fotografia é sua forma de sobrevivência, registrando bailes, casamentos, batizados, formaturas e acontecimentos sociais na Comunidade da Serra.



O trabalho de Afonso Pimenta e João Mendes não foi realizado com a pretensão de formar um arquivo histórico, porém seus acervos mostram com detalhes o processo de construção das vilas e comunidades que formam os aglomerados urbanos. Os registros fotográficos de quase meio século tornaram-se um dos poucos acervos imagéticos, ainda preservados, que têm como destaque a memória visual da cidade de Belo Horizonte. Para Guilherme Cunha, "as imagens são capazes de promover a inclusão social, quando conectam as histórias de vida dos moradores do aglomerado, suas personalidades, os líderes comunitários à história da capital mineira".



"Entre seus gestos fotográficos quase despretensiosos, voltados para o registro de uma realidade familiar e suas rotinas, as imagens causam impacto nas relações humanas e na forma de se fazer política. Por se tratarem de instrumentos do conhecimento, influenciam as opiniões e conceitos que trazemos sobre os outros, dependendo de como são apresentados e representados na sociedade. Por isso, é tão importante conhecer outras realidades, pelo prisma daqueles que nela vivem, e não pela mão de terceiros".

Guilherme Cunha



O Aglomerado da Serra

Diversas vilas e favelas formam o Aglomerado da Serra, localizado na região centro sul da cidade de Belo Horizonte (MG). A comunidade, onde moram mais de 70 mil pessoas, numa área de 1,5 mil m², com aproximadamente 14 mil moradias, é resultado da expansão populacional e territorial de vilas menores que foram surgindo na encosta da Serra do Curral, a partir de 1914, ainda como solução de moradia para muitas famílias que vieram do interior para colaborar na construção da capital mineira, ou a procura de emprego.

As vilas, originalmente, estavam localizadas em focos distintos ao longo da Serra, antes dos limites de seus territórios se fundirem pelo tamanho que atingiram, e eram conhecidas como Vila Santana do Cafetal, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Pau Comeu, Del Rey, Igrejinha, Arara, Favelinha, Chácara, Pocinho, Fazendinha, Vila Marçola, Cabeça de Porco, Primeira, Segunda e Terceira Águas, entre outras. Atualmente o Aglomerado da Serra é considerada uma das maiores comunidades do país.





Categoria

Inventário de Folias Religiosas
Acervo Maracá





Inventar de pequeños títulos

Amapá



A festa da fé: devoção e santidade

“Oh, devoto vamos rezar
A ladainha do Senhor
Ai, vamos nós todos adorar
É o sagrado resplendor
Ai, eu chamei todos os devotos
Ai, já são horas de obrigação”

(Cântico a São Joaquim do Curiaú, Amapá)

As comunidades do interior do Amapá, homens e mulheres unem suas vozes e, entoando cânticos, rezas e ladaínhas, no altar dos santos e santas católicos, dedicam seu mais fervoroso louvor. Ao toque dos tambores, dos pandeiros, dos sinos, dos batuques e das violas, as folias religiosas resistem à força do tempo, transmitidas ano após ano pelos devotos que as preservam como uma preciosa herança de seus antepassados. Adentrar no mais profundo significado dessas tradições e reconhecer, no ápice da fé, a beleza e a paixão pelos ritos religiosos é uma honrosa missão desempenhada pelo projeto Inventário de **Folias Religiosas do Amapá**.



Idealizado pela pesquisadora e historiadora Decleoma Lobato Pereira e pelo documentarista Iran Lima de Sousa, a iniciativa produziu, a partir de um longo convívio com as comunidades tradicionais espalhadas no recôndito do extremo Norte do Brasil, horas de gravação audiovisual de suas manifestações e práticas culturais, além de realizar um extenso trabalho de pesquisa, garantindo a memória e a tradição desses ritos às futuras gerações. A pesquisadora Decleoma Lobato resume o objetivo desse trabalho dizendo “somos uma instituição da sociedade civil que quer contribuir, deixar sua marca na realização de pesquisa, na produção de conhecimento sobre nós mesmos. Quero dizer, nós da Amazônia, pesquisadores, comunidades, estamos olhando para nós mesmos. Buscando nos compreender e nos fazer compreender. Nos posicionar no mundo. E isso nem sempre é levado a sério”.

“Já estão rezadas, estão rezadas
Já estão cumpridas as obrigações
Bendito é, bendito é
Louvado seja
Bendito é, bendito é
Louvado seja lá na glória
Da cepa nasceu a palma
Da palma nasceu a flor
Da flor nasceu São Joaquim
Que é para nós o redentor”

(Cântico a São Joaquim do Curiaú, Amapá)



Folias e tradições

As folias religiosas estão ligadas ao catolicismo popular e são definidas pelo Inventário como uma prática cultural religiosa, que remonta o período da colonização do Brasil. Na Amazônia, a execução das folias também está atrelada às celebrações festivas dedicadas aos santos e associada a um conjunto de crenças religiosas, como o compromisso recíproco entre os devotos e os santos, por meio das promessas. As festas são formadas por uma diversa ritualística que envolve procissões, rezas, ladinhas, peregrinações, levantamento e derrubada de mastros, além de outros importantes símbolos religiosos que fazem parte da programação festiva devocional.

“O **Inventário de Folias Religiosas** contribui para a preservação dessas manifestações culturais, por produzir uma documentação ampla dessas práticas, garantindo sua existência enquanto registro. E por meio de seus desdobramentos, como os encontros de folias e os seminários, tem motivado os fazedores dessas culturas a dar continuidade às suas tradições”, completa Decleoma Lobato.

Desde 2009, o projeto **Inventário de Folias Religiosas do Amapá** vem produzindo um acervo documental extremamente rico, composto de milhares de fotografias, de filmagens em formato HD, cópias digitais de documentos impressos, relatórios de trabalho de campo e textos descritivos das festas, registrando, sobretudo, as especificidades e a rotina dos rituais realizados nas comunidades de cinco municípios do estado do Amapá: Macapá, Santana, Mazagão, Calçoene e Oiapoque.

“Nossa iniciativa consiste no registro, estudo, reconhecimento e valorização das folias religiosas e de seus fazedores: foliões e foliãs, das festas e das comunidades que as preservam”.

Decleoma Lobato



Inventário de Folia: Um mergulho na ancestralidade

As comunidades pesquisadas pelo **Inventário de Folias Religiosas do Amapá** são constituídas por populações tradicionais, quilombolas: Cunani, Curial, Carvão, Conceição do Maracá; por comunidades ribeirinhas: moradores do Lago do Ajuruxi e Igarapé do Lago; e pelos indígenas: Karipunas do rio Curipi. As cidades de Mazagão Novo e Mazagão Velho, sobretudo, se identificam como negros, mas buscam preservar a memória de sua formação colonial, oriunda da transferência de colonos portugueses marroquinos para a Amazônia, no século XVIII.

De acordo com os levantamentos feitos para produção do inventário, a formação das demais comunidades é resultante da fuga de escravos, no século XVII e XIX, e dos deslocamentos dos grupos familiares em busca de terras para a agricultura e trabalho. Além disso, o inventário mostra que a agricultura é a base econômica principal dessas comunidades e, em algumas vezes, a renda de umas poucas famílias é complementada pela remuneração do trabalho de alguns indivíduos em postos de atendimento do serviço público, a maioria nas áreas da saúde e educação. A pesquisa também revela que, em relação ao Patrimônio Cultural, além da prática das folias, todas as comunidades estudadas possuem um vasto repertório de forma de expressão como o batuque, o marabaixo, o sairé, o zimba, associadas ao calendário de festas religiosas populares. Registra, ainda, os modos de fazer, como os ligados à produção de farinha de mandioca, principal atividade produtiva dessa população.



As Folia Religiosas

Os foliões e as foliãs se organizam de forma hierarquizada em grupos ou comissões, que seguem regras de comportamento próprios e realizam uma série de pequenos rituais inseridos na programação de festas tradicionais, como a esmolação, alvoradas, levantamentos e derrubadas de mastros, ladainhas, procissões, meia lua.

“As folias e os cânticos são repassados, em sua maioria, de geração em geração por meio da oralidade. Entoados com o acompanhamento de instrumentos musicais simples, tambores, tabocas ‘xeque-xeque’, rapadores, pandeiros, violas e campainhas, alguns deles são fabricação dos próprios foliões, como são chamados os devotos que executam as folias”.

Decleoma Lobato

“Nasci e me criei aqui. Em primeira mão eu era porta-bandeira. Depois que o Chico Marinho morreu, ele me deixou em seu lugar como Mestre Sala. Eu estou com 63 anos como folião de São Joaquim e como Mestre-sala estou com 53 anos”.

João da Cruz Silva, 86 anos, Curiaú (AP)

As folias religiosas fazem parte de um conjunto de práticas culturais tradicionais oriundas do período colonial, associadas aos santos e santas do catolicismo. Difundiram-se pelo atual território brasileiro adquirindo contornos e peculiaridades locais, cada um com suas diferenças e semelhanças. “No Sudeste, por exemplo, é muito expressiva a presença de folias dedicadas aos Santos Reis. No Norte, essa forma de render homenagens religiosas populares comporta um repertório muito vasto, porquanto se estende à diversidade de santos e santas que compõem o panteão católico. Nas folias existentes na Amazônia, particularmente as do Amapá, destaca-se a forte influência da participação negra tanto na formação das populações locais quanto na preservação dessas práticas culturais tradicionais”, explica Decleoma.



"Nasci e me criei no Curiaú, e até hoje estou aqui no Curiaú. Eu comecei na folia com os meus avós. A minha avó criou a minha mãe, que ficou sem mãe desde bebê. Eu considerava ela minha avó, e foi minha comadre, minha madrinha, tudo ela era pra mim. Um dia me fizeram uma surpresa. Reuniram todos os foliões, porque ela queria uma reunião. Quando mandaram me chamar, para minha surpresa, ela me entregou a Bandeira, porque ela já estava bem velhinha. Como madrinha, eu cuido das toalhas, eu cuido da Bandeira. Quando é dia 13 eu pego a Bandeira, eu lavo, eu engomo, passo, dobro todinha, que fica com a imagem e as letras do santo para cima. E assisto a novena no lado dos foliões, do primeiro porta-bandeira. Eu digo que quando conheci o fundamento da festa eu tinha 19 anos". Raimunda Leite da Paixão, 73 anos, Madrinha da Bandeira da Folia de São Joaquim de Curiaú (AP).

Nos séculos iniciais de colonização da Amazônia, as manifestações religiosas ocorreram de mãos dadas com os interesses de catolicização. As alegres cantorias eram instrumentos muito usados para atrair índios, negros e caboclos para a religião oficial. No entanto, no decorrer do tempo, e por diversos fatores, o jeito alegre e festeiro da população passou a sofrer pressão por parte da Igreja Católica, no sentido de aumentar cada vez mais a normatização do comportamento dos fiéis e o controle da instituição sobre todas as formas de manifestação de fé religiosa. Por essa e por outras questões, no passado, as comissões, irmandades ou grupos de foliões espalhavam-se por toda a Amazônia, louvando seus santos, levando suas bandeiras, enfim, realizando seu ofício religioso. Para a coordenadora do projeto, mesmo que as folias estejam fortemente estabelecidas no cotidiano das populações tradicionais, ainda existem elementos externos que ameaçam a existência das festas religiosas. "Embora ainda estejam vivas e fortes no seio dos mais diversos agrupamentos (negros, índios, ribeirinhos e até em cidades sedes municipais) a prática das folias de modo geral, em nossa região, tem se reduzido bastante", ressalta.







Carnaval

de São Paulo

São Paulo



**"Embarca morena, embarca, molha o pé
mas não molha a meia. Viemos de nossa
terra fazer barulho na terra alheia".**

Carimbó de Santarém Novo (PA)

Por possuir uma grande extensão territorial, o Brasil abriga uma extraordinária variedade de expressões, linguagens, tradições e costumes. Presentes na musicalidade, na culinária, na dança, nos modos de fazer, na transmissão dos saberes ou na religião, as diferentes manifestações culturais contribuem nitidamente para a formação das excepcionais características do povo brasileiro. Revelar e valorizar essa diversidade é trazer à tona não somente sua simbologia enquanto arte, mas reconhecer essencialmente a importância dessas expressões como fonte renovadora da cultura e da história da nação.

Os movimentos, os cânticos, as fantasias, as alegorias, os ciclos e a rotina. Tudo está registrado num minucioso trabalho de preservação desses bens culturais do Brasil. De Norte a Sul do país, a ação **Acervo Maracá**, de São Paulo (SP), produziu um dos mais significativos acervos das tradições populares brasileiras. Os registros, elaborados pela musicista e pesquisadora Renata Amaral, trazem um painel precioso das manifestações culturais de mais de cem comunidades tradicionais. "O **Acervo Maracá** é um conjunto muito significativo de registros de nosso patrimônio imaterial, trazendo não só uma grande



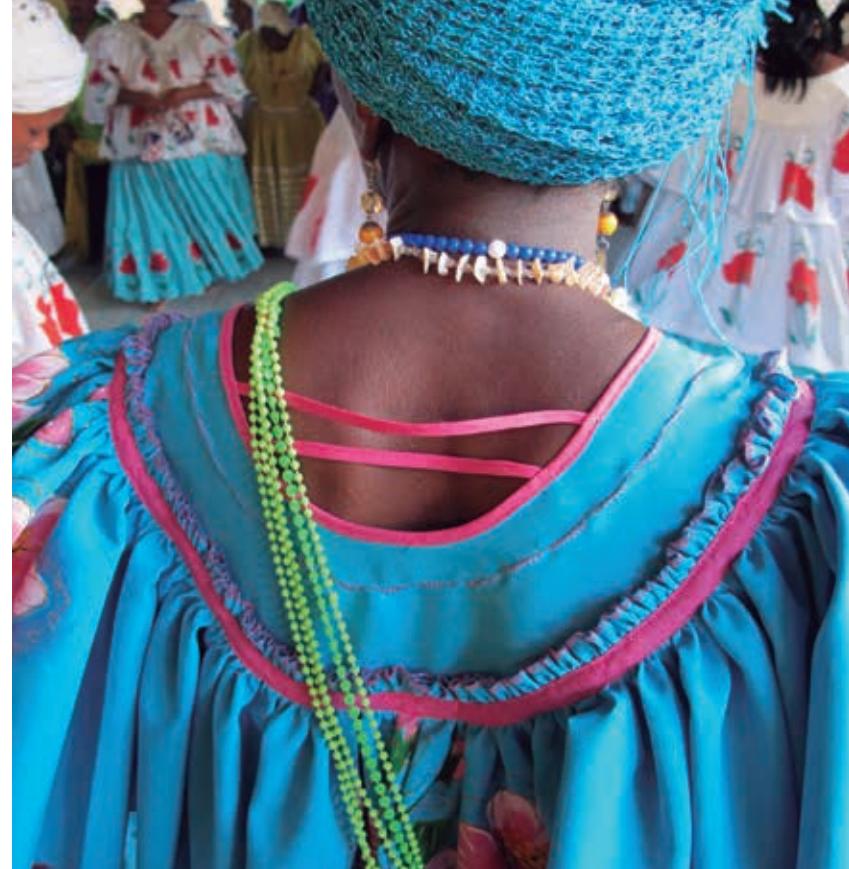
O Brasil de todos os cantos

diversidade de manifestações, mas uma consistência incomum, que acompanhou várias dessas comunidades em uma convivência longa e fundamentada”, destaca a coordenadora do **Acervo Maracá**, Renata Amaral.

Partindo da reflexão sobre o fazer artístico e suas responsabilidades estéticas e sociais, o projeto **Acervo Maracá** realiza um trabalho abrangente de pesquisa, documentação, arte-educação e produção cultural. Desde 1991, a ação organiza um catálogo que, hoje, conta com mais de 5 mil horas de gravações audiovisuais: 30 CD's e 11 documentários em DVD, além de dois livros e 50 mil fotos que registram as tradições brasileiras. A partir desse acervo, foram produzidas publicações e documentários que revelaram os costumes e as manifestações culturais de mais de cem comunidades, em 48 municípios, de 15 estados do país.

O **Acervo Maracá** é resultado de mais de 25 anos de contato intensivo com mestres, brincantes e artistas das culturas tradicionais. Um longo convívio, que resultou numa íntima relação com as vivências e as narrativas das populações visitadas pelo projeto. “Realizadas sempre com a melhor qualidade técnica disponível na época, os registros trazem uma enorme variedade de manifestações. Ano após ano, acompanhamos os calendários de ciclos e festejos, entrevistamos mestres brincantes e fazemos registros especiais a pedido deles mesmos. Por conviver estreitamente com esses grupos e guardiões, criamos laços profundos de amizade e confiança”, afirma Renata Amaral.





As tradições que mantêm viva a cultura nacional

Baião de Princesas, Bambaê de Caixa, Batuque de umbigada, Brega, Bumba meu Boi de Baixada. Caboclinho, Cacumbi, Caixa do Divino, Candomblé Angola, Canjerê, Carimbó, Cavalo Marinho. Chegaça, Ciranda, Coco, Coco de Zambê, Congada, Congo, Divino, Forró de Gaita, Frevo, Guerreiro, Jongo, Jurema, Kariri Xocó, Mangaba. Bumba Boi de Costa de Mão, Bumba Boi de Encantado, Bumba Boi de Matraca, Bumba Boi de Orquestra, Bumba Boi de Zabumba, Maracatu Nação, Maracatu Rural, Marujada, Moçambique, Rabeca, Reisado, Tamassaê, Tambor de Mina, Terecô, Vilão, Xangô do Recife.

"Eu não era da cultura, eu era da agricultura, trabalhava na arte de plantar feijão, mandioca".

(Mestre Miguel Juazeiro, Ceará)



Cada conto, um ponto

Foi assim, fazendo parte do cotidiano das comunidades tradicionais, que seus contos e histórias começaram a ser, generosamente, compartilhadas. Em todas as regiões do país, muitas eram as *Marias*, os *Chicos*, os *Manoéis*, os *Josés*, que, a todo instante, surgiam com um novo fato para narrar. Renata Amaral, coordenadora do **Acervo Maracá**, escreveu alguns relatos, destacando as características, os trejeitos, os costumes de cada um desses personagens.

Nelson da Rabeca

"Seu Nelson da Rabeca é um homem desassombrado. Com quase 60 anos viu um violino na televisão. Achou bonito, quis tocar. Para tocar precisava fazer um, que em Marechal Deodoro (AL) não tinha. Sacou das ferramentas, e de um bom pedaço de árvore fez seu violino, que chamaram de rabeca. Fez outro, e outros, que tocavam cada vez melhor, como ele. Hoje é compositor, rabequeiro e luthier afamado; gravou três discos, viajou o Brasil todo tocando xotes, baiões, marchas, cocos e folias, sons que ele ouviu desde sempre nas Alagoas e outros que ele também viu na TV. Sempre ao lado de sua companheira Benedita, voz de rabeca boa, simpatia de madrinha".



Seu Bibi

"Albino, cego, é dono de uma memória musical assombrosa. Batazeiro principal da centenária Casa de Nagô, em São Luís (MA), desfia quase de um fôlego só dezenas de doutrinas de cada entidade, voduns, orixás, caboclos e qualquer outro encantado que se lhe pergunte, mas sempre batendo, mesmo sem o abatá, na mesa ou numa lata, o toque que firma e dá forma a cada doutrina, orientando o pé-de-dança do encantado que vier baiá".

D. Maria

"Filha de índia, destaque da Vai-Vai, mãe de santo, tapeteira do divino, e, principalmente, rainha do samba de Pirapora (MG). Combinação desconcertante de ingenuidade e safadeza, aos 80 anos e vitalidade incrível, D. Maria samba uma noite inteira, regendo seus batuqueiros, dançando e tirando os versos maliciosos que fazem a delícia dos romeiros. Poetisa, improvisadora, cantora e dançarina excelente, é a última mestra desta tradição secular que influenciou fortemente o samba urbano. Dependendo de Dona Maria, o samba rural não acaba tão cedo, pois segundo ela, 'idade não regula, o que conta é o rebolado'. Quem a conhece, acredita".



Dona Luzia Maria da Luz

"D. Luzia Maria da Luz, me aborda perguntadeira, conta de si, de suas viagens, dos 94 anos bem vividos (aparenta 30 a menos). Digo que também vou viver muito, e ela: – vai sim, minha filha, é só a gente se cuidar. A gente tem que se amar muito. Pode ter filhos, mãe, marido, mas primeiro a gente ama Deus, depois a gente, depois os outros. E não pode guardar raiva. Raiva magoada guardada é que acaba com a pessoa. Solta no tempo, deixa ir, eu não ouço não, fala sozinho. Depois a pessoa fica com problema no coração, estômago, o médico peleja para dar remédio e não adianta...é raiva.

Me leva para apresentar à filha, que parece mais velha que ela, e não me dá atenção. Minha filha é assim mesmo, ela não se intimida com as pessoas. Eu não, eu me intimidou mesmo, converso com todo mundo".

Seu Manoel

"Dono de um vozeirão treme-terra, é batazeiro dos mais solicitados da região, capaz de tocar dois tambores ao mesmo tempo, se faltar quem toque. Está na Mina desde sempre, seu pai era chefe de terreiro, e seu tio sabia ficar invisível quando queria. Nada comparável ao povo de Coroatá (MA), cidade da região, terra de feiticeiro 'brabo', onde a criançada vira cotia só para brincar. Nos apresentou ao Juremal, morada dos caboclos, estância celeste herdada do catimbó, reino de onde vêm as melodias mais bonitas que conheço".

Pai Euclides Tafabyan, fundador da Casa Fanti Ashanti (MA)

"Dentre todos os mestres com quem convivo, tenho que reconhecer que Pai Euclides é o que mais me impressiona. A vocação plena do sacerdote, a memória assombrosa, o talento de artista demais. Dançarino de graça e elegância, artesão refinado, figurinista, bordador, compositor inspirado, e a voz... Meu Deus! Onde vibra tanto harmônico naquela caixa torácica tão pequena? O jeito com que ele lança a frase para o agudo e vai deixando as notas caírem dançando que nem folha no vento, num dengo de matar! Repete nunca do mesmo jeito, alonga a nota, pairando sobre o pulso. Respiro sua voz e me sinto plena".



Alguns lugares e festejos

O **Acervo Maracá** produziu uma documentação detalhada dos calendários e dos ciclos festivos das diversas manifestações culturais, como o Ciclo Junino de São Luís, na zona rural e na baixada maranhense; do Carnaval de Pernambuco, em Recife e Zona da Mata pernambucana; e a da Festa de São Benedito de Aparecida, em São Paulo. Grande parte da produção do **Acervo Maracá**, incluindo entrevistas dos diversos atores, mestres e guardiões da cultura das comunidades tradicionais, são disponibilizados gratuitamente para o público no site.

www.acervomaraca.com.br

Renata Amaral revela alguns de seus relatos, produzidos durante pesquisa de campo, sobre as manifestações culturais do Brasil.

Os Quentes da Madrugada fazem jus ao nome. O festejo de São Benedito da Irmandade de Santarém Novo (PA) é o acontecimento mais importante do ano. Juncão caprichosa do pé batido indígena com o rebolado africano, bota corpo, espírito e coração num eixo e garante o ano novo de qualquer um. Onze dias ininterruptos de festa, mastro, ladinha, procissão, alvorada, missa, piloro, baile, movimentam a cidade inteira. Cidade de dançarinos, elegantíssimos, que no resto do ano pescam e tiram caranguejo nos manguezais do rio Maracanã, para não gastar o paletó. Tradição vigorosa, com muitos grupos de jovens, crianças, encabeça ainda a campanha pelo registro do Carimbó como Patrimônio Cultural do Brasil, porque se entendem responsáveis pelo seu saber.



O Bumba Boi de Maracanã – sotaque de matraca, São Luís (MA), é uma utopia de Brasil, é o Batalhão de Ouro que forma trincheira para nos defender do preconceito, do descaso, da miséria. Forjado com maestria por São João, é conduzido pelo maracá de prata de Humberto, um dos maiores artistas que esta terra já viu. Além de poeta inspirado, compositor de melodias de sofisticação desconcertante e dono de uma voz que preenche terra e céu, é mestre conhecedor de cada detalhe da tradição de que é guardião, e exerce essa liderança com firmeza e generosidade raras. A quantidade de virtuosos tocando, dançando, bordando, é um exagero de beleza e vocação para a alegria, que é devoção maior que São João ensina. Quem vê esse Boi levantar-se batizado, levado por centenas na trupiada embriagadora pelos juçaraíns do Maracanã, celebra o melhor de ser brasileiro. E nunca mais pensa em outra coisa num 24 de junho.



Trupiada

É a batucada do boi; o grupo rítmico, o conjunto de percussão, que acompanha o Boi.

Juçaraíns

No Maranhão, compreende-se como conjuntos de árvores de Juçara. No Pará, as plantas são conhecidas como açaí.

Juazeiro do Norte (CE) | Dia de Reis

"Foi uma surpresa a força daquilo. Acertamos em cheio nesse Dia de Reis. Esse quilombo é festa rochedo, páreo para carnaval e São João, vários grupos na rua naquele solão de matar, desde bem cedo.

Cedinho acompanhamos o guerreiro, depois gravamos Mestre Miguel, pifeiro dos bons e Mateus afamado, chefe da família mais bonita da região. E talentosa. Todos tocam tudo, cantam, dançam bem, mais uma cena ótima de duelo. Perguntado sobre autoria, fala dos pais e avós que já tocavam, mas lembra – essa eu ouvi, e inventei – e manda ver Carnavalito. Versão bem boa, aliás.

A melhor parte foi o Reisado dos Irmãos. O maior agito na rua, as almas fazendo estardalhaço. De repente o Cícero bota fogo na zabumba e só ele instaurava um clima furioso de excitação. Avante! Me sinto num filme de guerra medieval, meio sobrenatural, com aquelas figuras negras e mascaradas abrindo caminho a golpes de chicote, os guerreiros correndo com seus peitorais e espadas, era guerra, não tinha dúvida. Avançávamos em tensão rumo ao trono da rainha, aos gritos e estalos de chicote. O cenário era um capricho só, vários andares de palhas, plantas e cetim, para onde sobem a rainha e a pequeníssima princesa. O grupo se divide entre os que defenderiam a rainha e os que iriam raptá-la, e a briga foi feia. Duelavam de verdade batendo as espadas com ritmo e violência, e a assistência torcia nervosa palpitando na luta. Enfim raptam a rainha, era o jeito, e todos então cantam e dançam juntos, reisado é bom!".



Jequitibá (MG)

"Aquela casa da Dona Marli parecia um cenário. Uma locação de casa de fazenda, os arreios, ferramentas, varandinha, fogão a lenha. Tudo ali era bem acabado e harmonioso. Aquele sitiozinho de sonho para preguiçar macio, samambaia na varanda, roseiras no jardim mimado, o riachinho manso. Uma delicadeza, como a música delas. Impressionava como fazia sentido, estava tudo no lugar. Aquelas senhorinhas fazendo uma música muito sofisticada com uma naturalidade absoluta. Todas irmãs e primas, as vozes timbradas desde o útero. Tudo pleno. Ali deu muito dó de sair correndo. As encomendações de alma eram de prender a respiração, não dava para entender de onde saía aquele som de órgão que ia se transformando no ar, entrecortada pela voz espectral do seu Juvercino, que aumentava mais ainda a tensão, coisa de chorar. (imaginava a própria alma encomendada pelas trombetas dos anjos)".







Categoria

Encontro Mestres do Mundo
Quilombos do Vale do Jequitinhonha:
Música e Memória



A vertical photograph on the left side of the page shows a woman from the waist up. She is wearing a vibrant red and yellow patterned dress with a matching headband featuring colorful sequins. Her hands are clasped in front of her, holding a shiny silver bell. The background is dark and out of focus.

Encontro Mestres do Mundo

Ceará



A cultura do mundo todo em um único balaião

Transmitir às futuras gerações os ofícios, ritos, expressões, linguagens, saberes e fazeres é uma missão que recai sobre aqueles que realizam tais atividades com domínio e primor. A eles cabe a sublime tarefa de perpetuar suas práticas e conhecimentos, como verdadeiros detentores da história e da identidade de suas comunidades. Em cada tempo surge o guardião ou guardiã das memórias e das tradições de seus antepassados. São mestres e mestras que dão vida às narrativas, transmitindo o que lhes é mais precioso: a herança cultural de seu povo.

É no jeito de puxar uma reza, de cantar e contar o cotidiano de sua gente, de tocar um instrumento e de brincar nas mais diversas formas dos sentidos, histórias que são reveladas nos fundamentos da vida de uma comunidade e de um lugar. A alma da cultura de um povo é guardada nas minúcias de seu cotidiano. E a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE), ao honrar essa sabedoria, valoriza as expressões que são repassadas por muitas gerações e são difundidas no **Encontro Mestres do Mundo**. A iniciativa promove uma oportunidade singular de compartilhar a diversidade da cultura popular tradicional, por meio da convivência com os mestres que mantêm vivas suas tradições.

“O **Encontro Mestres do Mundo** não é somente mais um evento no calendário cultural do Ceará, mas um momento fundamental de entrelaçamento de práticas e de políticas públicas para a promoção da diversidade do patrimônio imaterial no estado. São reisados, lapinhas, pastoris, artesanatos, xilogravuras, benditos, culturas indígenas, dramistas, danças de coco, maneiro-pau, cordéis, mamulengos, congadas, penitentes, festejos juninos e tantas outras manifestações. São tesouros vivos que, vindos de seus territórios culturais, fazem perceber no **Encontro Mestres do Mundo**, por meio de atos e gestos, a expressividade da cultura. É neste caldeirão de ritmos, sons, cores e sabores que somos levados a perceber a riqueza de um povo assim faceiro, porque temos aqui as raízes do mundo inteiro!” Fabiano dos Santos Piúba, secretário da Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE).



Guardiões das memórias e das tradições

Valorizar os saberes e conhecimentos das tradições populares, promovendo um encontro no qual a troca de experiências transcendia fronteiras e chegue a um número cada vez maior de pessoas é a grande missão do **Encontro Mestres do Mundo**. Mais que um evento estruturante da Secult, a iniciativa é um importante vetor para interiorização e apropriação da cultura tradicional. Em dez edições, o **Encontro Mestres do Mundo** e suas ações já foram acolhidos pelas cidades de Limoeiro do Norte, Jaguaruana, São João do Jaguaribe, Russas, Barbalha, Juazeiro do Norte e Crato.

Os encontros promovem o diálogo e a troca de experiências e saberes entre os mestres e mestras, reconhecidos como **Tesouros Vivos da Cultura do Ceará**, e os brincantes, estudantes, professores, pesquisadores e mestres de outros estados e países. Com uma rica programação, expressões de linguagens variadas se unem em uma arena onde os mestres apresentam e transferem seus conhecimentos em momentos nos quais o público mantém contato com as memórias, narrativas e práticas difundidas nas comunidades tradicionais.

"A grande contribuição do evento Mestres do Mundo é a concentração de singelezas em um único balaio, em um único local, possibilitando encontros pelo ouvido, pelas mãos, pelo corpo, pela alma dessa grandeza de afetos que integram cada mestre. O ser que nos oferta com generosidade o que sabe e que foi construído e reconstruído para atender as necessidades do seu cotidiano, de acordo com cada época e contexto vivido, se mantendo sempre atual, mesmo quando pela memória guarda formas antigas de vida". Lourdes Macena, doutora em Artes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

"O **Encontro Mestres do Mundo** é um dos momentos mais belos, importantes e marcantes de nosso calendário cultural e uma das ações fundamentais da política de patrimônio e da política cultural como um todo. É ao mesmo tempo a culminância para os mestres e a política, e uma oportunidade para conhecimento, reconhecimento e intercâmbio de saberes e fazeres dos mestres oficialmente reconhecidos pelo governo do Ceará, de outros mestres do estado, do Brasil e do exterior, como também do público participante do Encontro", ressalta Fabiano dos Santos Piúba, secretário de cultura do Ceará.





Os eventos contam com uma série de atividades que unem conhecimentos teóricos e práticos, promovendo uma profunda aproximação com os bens culturais do povo cearense. “São momentos mágicos onde o público participante trava contato com memórias, narrativas e práticas por meio de uma programação ampla de atividades práticas e teóricas. Um dos momentos mais especiais é a distribuição dos participantes em cinco categorias de Rodas de Mestres (corpo, mãos, oralidade, sons e sagrado), para o intercâmbio de saberes, contando com a mediação de pesquisadores da cultura popular”, destaca o gestor cultural cearense.



“Esta região – rico celeiro da cultura popular nordestina e berço fértil de ilustres artistas – tem a sua história contada por estes mestres através das mais variadas manifestações da cultura e da arte. Esses registros, por sua vez, projetam para além das nossas fronteiras o mestre e seu saber, o qual, ao ser visitado, revisitado, contado e recontado, é recriado. E, assim, dialogando com a sensibilidade, exercendo o que é próprio da sua natureza, esta arte ultrapassa também as dimensões do espaço e do tempo e fala, através dos sentimentos, as mais variadas linguagens”.

Maria Isa Pinheiro Cardoso Gonçalves (pró-reitora adjunta da Universidade Regional do Cariri - URCA) para o livro *Educação Patrimonial no Cotidiano da Aprendizagem Escolar*.



Tesouros Vivos da Cultura do Ceará

R econhecidos como Tesouros Vivos da Cultura pela Lei Estadual Nº 13842 de 27 de novembro de 2006, os mestres e mestras da cultura do Ceará recebem apoio do **Encontro Mestres do Mundo** para preservação da memória cultural das comunidades tradicionais, transmitindo às gerações o saber e a arte, sobre os quais constroem a história e a identidade do povo brasileiro. A lei reconhece ainda grupos e coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de atividades culturais cuja produção, preservação e transmissão sejam considerados representativas de elevado grau de maestria, constituindo importante referencial da cultura cearense.

"O mestre é um portador ativo de uma tradição. Guarda em seu corpo a memória de um saber coletivo, mas não se restringe a repeti-la, inova e desenvolve a herança que lhe foi passada. Não se trata somente de um guardião ou de um preservador da cultura, mas de um criador. No seu corpo se condensam saberes, muitas vezes, milenares na origem, trabalhados pela coletividade através dos séculos e renovados constantemente por outros mestres como ele. Em torno de si, giram discípulos, aprendizes, alguns dos quais levarão adiante sua arte, repassando o saber em processamento para as novas gerações", explica Fabiano dos Santos Piúba.



"O Encontro é uma das coisas mais importantes que temos em nosso País. Um encontro desse é vida, saúde, conhecimento. É onde a gente encontra todos os mestres, onde encontramos toda a raiz do Nordeste e do nosso Brasil. No encontro nos sentimos todos irmãos, nos sentimos da mesma família, na mesma casa, sem distinção de ninguém. Nesta casa, levamos tudo: nossa cultura e nosso conhecimento, que a gente repassa um para outro. Voltamos a sentir como um jovem de 18 anos".

Ana Maria da Conceição, mestra da cultura e dramista de Tianguá (CE)

"O **Encontro dos Mestres** é uma coisa única que temos anualmente, que se reflete no prazer dos mestres em se confraternizarem, trocarem suas experiências e estarem nessa convergência cultural".

Stênio Diniz, mestre da cultura da região do Cariri (CE), xilogravurista

"Esse Encontro é de uma importância tão grande na nossa vida, que não tenho nem palavra para dizer. Desde 2005 participo desse encontro. Faço de tudo para estar aqui nos dias em que o Encontro acontece. Quando se fala no **Encontro dos Mestres do Mundo**, a gente não vê a hora de chegar o dia para poder ir".

Mestra Dina, vaqueira-boiadora de Canindé (CE)





Quilombos do

VALE DO JEQUITINHONHA: MÚSICA E MEMÓRIA

Minas Gerais

A PELEJA PARA VALORIZAR E MANTER AS TRADIÇÕES

Lugar de dor, lugar de luta. No descanso, faz-se a morada da resistência, da busca pela liberdade. Num pedaço de solo onde brota esperança, memória, cultura e tradição. Ali, os ancestrais do povo negro revivem e são eternizados, transmitindo aos mais jovens seus nobres ensinamentos. Com respeito e amor, nos quilombos, os afrodescendentes mantêm vivo seu rico legado cultural. Em sua terra, nutrem suas raízes, formando um forte vínculo com o passado, revigorando e reinventando sua cultura, para que ela permaneça nas futuras gerações. Garantir a perpetuação dos saberes, das expressões, das vivências, das narrativas e das manifestações culturais trazidas ao Brasil pelos africanos escravizados é uma batalha travada no dia a dia de seus descendentes, que pelejam para que suas origens não sejam esquecidas com o passar do tempo.

E foi assim, ouvindo o clamor do próprio povo quilombola pelo resgate de seus costumes, que no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, estado que agrega um dos mais expressivos números de comunidades remanescentes de quilombos no país, o projeto **Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória** iniciou uma árdua trajetória pela preservação dos bens culturais dessas populações tradicionais, como verdadeiro patrimônio. Pesquisando e registrando a diversidade cultural nas comunidades dos municípios de Berilo, Chapada do Norte, Minas Novas e Virgem da Lapa, a ação realiza um relevante trabalho de proteção e resgate das tradições dos quilombolas

da região. Foram envolvidas cerca de 60 comunidades quilombolas e aproximadamente 1,2 mil pessoas que participavam cantando, dançando, rememorando histórias e reivindicando direitos.

“O projeto teve início em 2014 a partir da demanda deles, que mencionaram a importância de nos preocuparmos em pesquisar a cultura tradicional e tudo o que estava se perdendo na história. Alguns quilombolas nos lembraram que muitas de suas manifestações culturais estavam sendo esquecidas pelos mais jovens, e que era importante fazer alguma coisa por isso”, conta a jornalista e coordenadora do projeto, Evanize Sydow. Ela afirma ainda que, “além de documentar a herança cultural do povo negro no Brasil, a ação tornou-se também um importante instrumento de luta para as comunidades quilombolas”.

Além da colaboração das comunidades tradicionais, o projeto também contou com o apoio e o envolvimento de representantes das escolas, professores e diretores, secretarias de cultura, da assistência social e de militantes do movimento quilombola dos municípios. A parceria enriqueceu profundamente a iniciativa, e juntos empenharam esforços para manter viva a herança cultural do povo dos quilombos.



“Costumo dizer que trabalhar com Patrimônio Cultural, especialmente quando se trata de comunidades tradicionais, é uma tarefa para os fortes. É extremamente desafiador, porque você sofre demais para conseguir apoio e para executar o trabalho. No nosso caso, a pesquisa de campo foi feita em uma região de difícil acesso, com problemas muito graves de infraestrutura, mas, ao mesmo tempo, as comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha revelaram um universo de riqueza cultural e humana fora de série. Depois de quatro anos comemorando vitórias e sofrendo inúmeras dificuldades, conseguir finalizar o trabalho e entregá-lo para as 60 comunidades quilombolas foi uma realização indescritível”.

(Evanize Sydow)

Ancestralidade, alegrias, dificuldades, costumes, festas e conhecimentos tradicionais são registrados pelo projeto por meio de depoimentos históricos de personagens importantes, de diferentes gerações, traçando o perfil da vida nas comunidades quilombolas. Compilando essas ricas histórias e vivências, a ação editou um livro com entrevistas, fartamente ilustrado. “Ainda há muito o que ser documentado e conhecido da cultura tradicional nesse país, que está lá no interior acontecendo com uma força muito grande e lutando bravamente para seguir em frente, para não morrer. É nossa história, nossa riqueza. Diz respeito a todos nós”, revela a coordenadora do projeto.

A iniciativa resultou também na produção de 30 vídeos de curta duração, de um banco de imagens no site www.quilombosdojequitinhonha.com.br, que disponibiliza todo o material gratuitamente para o público interessado. “É fundamental dar ampla visibilidade para esses registros, porque as comunidades quilombolas precisam ser vistas. Precisam que a sociedade saiba que elas existem. Essa iniciativa dá voz ao povo quilombola, e não só do Vale do Jequitinhonha. Estamos trabalhando para tirar essas comunidades desse processo de invisibilidade que estão submetidas e que as impede de acessar as políticas públicas, porque elas têm consciência de seus direitos, mas precisam participar desse processo. Assim, o projeto torna-se também um instrumento importante de luta para as comunidades quilombolas nele registradas”, desabafa Evanize Sydow.



RELEMBRANDO AS HISTÓRIAS: AS TRADIÇÕES SE MANTÊM VIVAS

“Depois da assinatura da princesa Isabel é que *foi* acabando os escravos. Mas em nossa família teve muitos que foram escravizados, muito sofrido. Mas aí ficamos nós, levando a vida no sofrimento também, porque nossos pais não tinham nada. *Tinha* é coragem de trabalhar, lutava daqui, lutava dali”.

Dona Pretinha (Maria Lopes de Oliveira), da comunidade Barra do Ribeirão. *Relatos - Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória*.

A concentração da população negra no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, se deu desde o início do século XVIII, quando os garimpos eram operados pelos negros escravizados. Por ter sido um dos principais refúgios dos escravos que fugiam das senzalas, o território do médio Jequitinhonha possui hoje uma exuberante diversidade cultural e, de forma significativa, as manifestações da cultura afrodescendente permanecem na região.

“Todos os meus antepassados são nascidos e criados aqui. Meu bisavô criou meu avô, que criou minha mãe, que também me criou aqui. Tudo nestas terras. (...) Somos descendentes de escravos. Meu avô contava que o pessoal veio fugido da região de Teófilo Otoni, o avô dele, o bisavô dele, e se instalou nessa região. Eles tinham aqui como refúgio por ser um lugar de difícil acesso. E neste local criaram uma resistência mesmo, um quilombo para desenvolver a vida deles”.

Mauro Gonçalves, morador da comunidade quilombola de Virgem da Lapa (MG), *Relatos - Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória*.

Enquanto os habitantes mais velhos guardam a memória de sua história, os mais jovens lutam para que essas tradições não se percam com o passar do tempo. Nos quatro municípios pesquisados, a equipe de documentaristas do projeto **Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória** participou de festas, encontros, apresentações, especialmente marcadas para esses registros, nas quais as comunidades revelaram suas danças, histórias e canções.



“Deveríamos ter aula de cultura na escola, ter aula de história, geografia, português, mas uma delas tinha que ser aula de cultura da região, do local. Porque nós conhecemos hoje que a China come aqueles bichos, peixe vivo, mas nós não sabemos que os negros quilombolas comem angu de caroço. Por que tem aula de inglês nas escolas, e por que não pode ter aula do modo de falar do nosso povo aqui? Aí, quando um mais velho vai conversar com um jovem, ele diz: “você está falando errado, moço, fala direito, não fica fazendo a gente passar vergonha não, fala direito”. Mas quando alguém está falando do modo de falar daqui, não está falando errado, não. É daquele jeito mesmo, é a maneira dele ser. É identidade, não é falta de estudo não”.

(Alessandro Borges Araújo, 27 anos, Comunidade Brejo. Relatos - Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória)



O trabalho realizado pelo projeto **Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória** reforça a certeza de que o Vale é uma região na qual o fazer do povo, seja na dança, na religião, na culinária, ou em seu cotidiano, é muito vivo. Essas ações têm colaborado para que os grupos quilombolas resistam ao sistema, apesar das violações de seus direitos ao longo de décadas.

“A questão não é mais a cor da pele não, a questão hoje em dia é a questão da cultura do negro, que é outra luta que está começando a ser travada. O preconceito hoje é cultural”.

(Alessandro Borges Araújo, representante da Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha)

“Esse trabalho é maravilhoso. É o maior registro dessas comunidades quilombolas. Até o momento não tínhamos nada parecido. Na verdade, nós não temos nada nesse sentido. É maravilhoso isso. Fico emocionado porque muitos dos nossos estão morrendo e não existiam registros sobre eles, agora a história de nosso povo pode ser eternizada. Que alegria!”

(Alessandro Borges Araújo)



"MINHA AVÓ VIVIA NUM CASARÃO CHAMADO SENZALA"

Maria das Graças, de 64 anos, é uma das quilombolas de Berilo conhecida por dançar congado como ninguém. É ela quem carrega na cabeça uma das garrafas que caracterizam essa dança e reproduz os movimentos que os escravos faziam ao dançar: eles enchiam a moringa de água e colocavam na cabeça. Se viesse a sede na hora da dança, podiam beber ou oferecer aos companheiros sem ter que sair da roda. Com memória das histórias contadas pelos pais, ela sabe que seus ancestrais, escravos, sofreram muito ali na comunidade de Relâmpago, nome advindo dos relâmpagos que os moradores dali assistiam enquanto lavavam areia na bateia para procurar ouro. Maria das Graças é neta de Maria Moreira Lopes Mereciano, ambas descendentes de escravos. O pai dela contava que a avó vivia num casarão chamado senzala. (*Relatos - Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória*)

BATEIA

É um utensílio usado para exploração de minério em pequena escala, entre os quais o ouro. Ele é mergulhado na água e, com sua agitação, em movimentos circulares, separa-se a água e os sedimentos depositados na bateia. Essa separação acontece pela diferença de densidade entre os minérios metálicos dos demais sedimentos. Muito usado pelos ex-escravos e seus descendentes, até hoje é mantido nas casas das famílias quilombolas. Mas a falta de água impede a atividade nos dias atuais.





"ACABOU A ÁGUA, ACABOU O OURO"

Do alto de seus 84 anos, dona Maria Moreira é história viva da Comunidade de Cardoso. Ela se lembra do tempo em que a região abarcava dois córregos abundantes. São Domingos e Córrego da Onça. "Secaram os dois", lamenta. Participava das festas do Rosário, mas parou de ir depois que seus conhecidos faleceram. Sua sobrinha, Maria Valdeci, dá mais detalhes: "As pessoas mais idosas é que sabiam fazer a festa como era antigamente. Minha mãe foi juíza quatro vezes da festa do Rosário. A festa tinha acabado e ela foi uma das pessoas que levantaram". As duas contam que antigamente não havia lamparina; o pavio era de algodão e, colocado numa vasilha, era molhado com azeite. "Até o óleo de cozinha iluminava", lembra dona Maria, que trabalhou na enxada capinando de segunda a sexta, e também tirava ouro. Mas depois que os córregos secaram, "acabou a água, acabou o ouro". (*Relatos - Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória*)

"Acho que deveria fazer esse resgate cultural, conscientizar da importância. Como na escola: por que eu vou ensinar uma dança moderna para um menino? Porque ele prefere a dança moderna. Mas, a partir do momento que eu conscientizar aquele jovem que aquela era a dança dos pais dele, e que fez parte da história, e que se ele perder aquilo, ele perde também a identidade dele... Imagina alguém sem identidade, ele não é ninguém. Uma pessoa sem história não é ninguém".

(Alessandro Borges Araújo)



"Conseguimos reunir comunidades inteiras que não se encontravam há anos em torno de suas danças. Isso foi emocionante de ver. Documentamos, por exemplo, festas que acontecem há muitos anos e foram trazidas pelos ex-escravos, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Chapada do Norte, que tem mais de 195 anos e foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais, concedido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), em maio de 2013. Também as artesãs do município de Berilo, conhecidas pelo seu fino trabalho e que estão atentas a passar para as meninas mais novas o que as bisavós, avós e mães fazem; e a Banda de Taquara, na comunidade de Bem Posta, no município de Minas Novas". (Evanize Sydow)





IV Categoría

Porto Digital

A ação Patrimônio em processo:
restauração do Espaço Comum Luiz Estrela





Porto Digital

Recife



Preservando o passado, garantindo o futuro

"Nesses 17 anos de atuação conseguimos revitalizar o cenário do Bairro do Recife e continuamos trabalhando junto com o Governo do Estado, a Prefeitura do Recife e diversas instituições parceiras apoiadoras de nossas ações para continuar reabilitando e impulsionando a revitalização de imóveis, não só no Bairro do Recife, mas em todo o atual território do parque tecnológico, que incorpora áreas dos bairros de Santo Amaro, Santo Antônio e São José".

(Leonardo Guimarães)

O por vir traz consigo as novidades, mas é o passado que deixa o legado e a herança. Sem ele, não há memória, não há história, findam-se as tradições. Tudo se faz novo, mas o novo não pode tornar-se sinônimo de esquecimento. Desistir das lembranças é abandonar a própria identidade. Progredir sem esquecer é caminhar para o futuro com as mãos dadas à história. Inovar e preservar, atrelando as mais avançadas tecnologias aos lugares de memórias é um trabalho que vem sendo



realizado pelo projeto **Porto Digital**, no Recife (PE). Desde 2000, a ação desenvolve uma política pública que insere o estado de Pernambuco no cenário tecnológico global, requalificando e reabilitando antigos prédios no Centro Histórico da capital pernambucana.

Leonardo Guimarães, diretor executivo do Núcleo de Gestão do Porto Digital, ressalta que “o projeto mostra à sociedade e às empresas investidoras que é possível implantar usos totalmente atuais e cheios de requisitos quanto a suas instalações e infraestruturas, como elétricas, lógica, acústicas, segurança, climatização e renovação de ar, entre outros, em edifícios antigos, sem apagar as memórias e as histórias desses bens culturais”. Reconhecido por sua territorialidade singular entre parques tecnológicos, o **Porto Digital** é um parque urbano instalado no centro histórico do Bairro do Recife e do Bairro de Santo Amaro, totalizando

uma área de 149 hectares. Desde a fundação, em 2000, a região, antes degradada e de pouca importância para a economia local, vem sendo requalificada de forma acelerada em termos urbanísticos, imobiliários e de recuperação do patrimônio histórico edificado.

Já foram mais de 80 mil m² de imóveis históricos restaurados em toda a extensão territorial do parque tecnológico. “Para isso, foi preciso adaptar-se aos requisitos de conservação estabelecidos, além de criatividade e o trabalho conjunto com as empresas parceiras. Assim encontramos o melhor caminho para atender às necessidades e requisitos de todas as partes interessadas”, explica o diretor executivo do projeto.



Tecnologia da Informação a serviço do Patrimônio Cultural

O **Porto Digital** é considerado um dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil. A iniciativa, que é uma das representantes da nova economia de Pernambuco, se dá nos eixos de software e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação e Economia Criativa, com ênfase nos segmentos de games, multimídia, cine-vídeo-animação, música, fotografia e design. Desde 2015, o projeto também passou a atuar no setor de tecnologias urbanas como área estratégica.

Para o diretor executivo do Núcleo de Gestão “o **Porto Digital** estimula a economia, as atividades produtivas, gera empregos e receitas fiscais. Cria uma dinâmica em seu território e, com isso, possibilita uma nova perspectiva de vocação e interesse de usos para zonas de patrimônio histórico, de forma ativa e perene”, afirma Leonardo Guimarães.

O **Porto Digital** é referência nacional de uma ação coordenada entre governo, universidades e empresas, conhecido como modelo *Triple Helix*, ou seja, interação das três organizações pela busca de novos conhecimentos. Essa iniciativa propiciou o ambiente necessário para fazer com que o **Porto Digital** se transformasse num dos principais ambientes de inovação do país.



"A atuação do Parque Tecnológico Porto Digital em Recife tem sido de extrema relevância para a preservação do Patrimônio Cultural do estado de Pernambuco. A partir da nossa atuação, foi possível a reabilitação, direta ou indireta, de mais de 80 mil m² de área degradada; e mais 24 mil m² encontram-se em processo de reabilitação. Quase que a totalidade de área construída recuperada está situada no Bairro do Recife, um território central e estratégico, cheio de possibilidades, com imóveis disponíveis e carentes de uma nova vocação, que estava esquecido e degradado quando o Porto Digital surgiu".

(Leonardo Guimarães)

Restauro e reabilitação O Patrimônio Histórico como palco da inovação

O patrimônio arquitetônico do Bairro do Recife possui grande diversidade de estilos, na qual se fundem o colonial, o eclético, o industrial e o moderno. A iniciativa **Porto Digital** complementa as ações de revitalização, no esforço de demonstrar que é possível combinar o desenvolvimento tecnológico com a preservação da história e da cultura. Dessa forma, o projeto recuperou diversos edifícios de destaque, de forma a adequar a infraestrutura do bairro para receber empresas modernas, ao mesmo tempo em que mantém suas características arquitetônicas.

C.A.I.S. do Porto

Formado por um conjunto de três imóveis, localizados na Rua do Apolo nº 175, nº 181 e Avenida Cais do Apolo nº 212, no Bairro do Recife, a edificação denominada C.A.I.S do Porto recebe o endereço de registro da Rua Apolo 181. Os imóveis foram adquiridos pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital, em 2001, e reformados para hospedar diferentes empresas, além da sede do Parque Tecnológico. A reabilitação permitiu ampliar a disponibilidade de área para a instalação de empresas no parque. Em 2012, uma nova intervenção foi realizada com objetivo de implantar o Portomídia, projeto que abrange uma série de laboratórios voltados para a área de Economia Criativa.



Reforma da Jump Brasil

Localizado na Rua Capitão Lima, nº 420, no bairro de Santo Amaro, no Recife, o imóvel construído originalmente para instalação e funcionamento de uma gráfica foi adquirido pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital em 2012. Por meio da gestão compartilhada com o Instituto Talento Brasil, o imóvel foi reformado e teve a sua área ampliada para instalação da empresa Aceleradora de Negócios JUMP Brasil, em 2015. A JUMP Brasil permaneceu em operação no imóvel até a sua transferência para o edifício restaurado pelo Porto Digital, na rua Apolo 235, no final do ano de 2016. Atualmente, o edifício abriga o escritório administrativo e atendimento do aplicativo UBER.

Apolo 213

Antigo imóvel de armazenamento de mercadorias no período do auge do Porto do Recife, o prédio localizado na Rua do Apolo, nº 213, foi adquirido pelo Núcleo de Gestão do Porto Digital em 2011. A edificação encontrava-se em avançado estado de degradação. Após cinco anos sem uso, o prédio foi reformado com o objetivo de fornecer espaços qualificados para a instalação de empresas, laboratórios ou centros de inovação, com capacidade para quatro empresas, com portes distintos. Mas em 2015, o local foi ocupado pela Fiat Chrysler Automobile, que instalou no Porto Digital seu Centro de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento de Softwares.

Apolo 235

Adquirido em 2011, o imóvel, localizado na Rua do Apolo nº 235, Bairro do Recife, encontrava-se em acentuado processo de arruinamento. Considerado pelo Iphan como destaque do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Tombado do Recife, o prédio foi totalmente restaurado, entrando em operação no final de 2016. A intervenção transformou a ruína em um equipamento contemporâneo, dotado de novas tecnologias, conservando suas características arquitetônicas originais. A ação entrega às empresas do Parque Tecnológico e à sociedade, salas de treinamento, auditórios, galeria de artes digitais e laboratórios. O equipamento estimula a inovação e o empreendedorismo permitindo a conexão de pequenas empresas com outras já consolidadas no mercado, possibilitando o incremento da renda, emprego e a geração de impostos, contribuindo para o desenvolvimento econômico do estado.



Recife: Centro Histórico

Uma das mais antigas cidades do Brasil, Recife surgiu por volta de 1537 como Ribeira de Mar dos Arrecifes, uma praia de pescadores e ancoradouro, onde se encontram as águas do mar e dos rios Capibaribe e Beberibe. A povoação do Recife teve início em 1561. Tornou-se a principal cidade da Capitania de Pernambuco, conhecida em todo o mundo comercial da época graças à cultura extensiva da cana-de-açúcar. Isso despertou o interesse dos holandeses que, atraídos pela riqueza da capitania e por sua posição estratégica, invadiram e ocuparam a cidade durante 24 anos, entre 1630 e 1654.

Sob domínio holandês passou a denominar-se Maritzstad (Mauricéia), em homenagem a Maurício de Nassau. Seu traçado regular resultou dos ideais renascentistas aliados à tradição holandesa de instalar cidades em terrenos baixos, Recife se desenvolveu junto à foz dos rios Capeberibe e Beberibe, construída com os sistemas e urbanização tradicionais dos invasores. Desse período são o Forte de São João Batista do Brum e a Fortaleza de São Tiago das Cinco Pontas. A ocupação holandesa chegou ao fim em 1654, na Campina do Taborda onde pernambucanos e holandeses, se enfrentaram nas duas batalhas dos montes Guararapes.

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Antigo Bairro do Recife foi tombado em 1998. Entre os bens culturais protegidos pelo Iphan estão igrejas, palácios, fortalezas, conventos, prédios, conjuntos urbanos e várias outras obras que testemunham as diferentes fases e aspectos da capital pernambucana.

A partir dos primeiros anos do século XX, Recife viveu uma fase de acelerado progresso. A cidade começou a ampliar-se, iniciando-se, em 1907, a execução do grande e modelar plano de saneamento, concebido pelo higienista Saturnino de Brito.



Apolo 235 - Antes



Apolo 235 - Depois





Patrimônio em processo:

restauração do
Espaço Comunitário Estrela



Rua Manaus, 348, Belo Horizonte, em Minas Gerais. A localização indica um dos edifícios que outrora compôs o cenário arquitetônico e a história cultural da capital mineira. Um antigo casarão, que por 20 anos ocultou em sua estrutura, sob os seus vãos selados, décadas de histórias e memórias. O abandono e o descaso esconderam, no breu de cada cômodo, narrativas e vivências que precisavam ser redescobertas e recontadas. Desde 2013, essas memórias do passado voltaram a estar presentes na vida dos belo-horizontinos, quando um grupo de artistas, ativistas, educadores e produtores culturais rompeu as portas do casarão com a missão de transformar aquele lugar num espaço comum, em regime democrático, onde todos os envolvidos poderiam participar das decisões.

Na madrugada do dia 26 de outubro de 2013, o destino daquele prédio seria selado. Após meses de um árduo trabalho, que deu origem ao mapeamento detalhado dos imóveis públicos ociosos pela cidade, os integrantes do Núcleo de Memória e Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela decidiram que já era hora de constituírem um local que abrigasse cultura e, ao mesmo tempo, funcionasse como ponto focal para o desenvolvimento das atividades idealizadas pelo grupo. Motivados pelas movimentações políticas e culturais vivenciadas na capital, invadiram o interior escuro e desconhecido do antigo casarão, traçando um novo rumo à história do edifício, dando-lhe um ressignificado, para além do valor atribuído ao seu espaço e a suas características arquitetônicas. A partir de então, o imóvel passou a ser conhecido como **Espaço Comum Luiz Estrela**, e no local, atividades culturais gratuitas começam a ser oferecidas para comunidade. O fim de uma longa busca.

Dº abandonº ao uso coletivo

“Podemos dizer que o casarão da Rua Manaus, 348, nos escolheu ou, talvez, as crianças que ali sofreram muitas e múltiplas violências nos chamaram para que suas histórias fossem contadas, sábias que são: lembrar para que não se repita. Como a história do casarão que ocupamos, existem muitas memórias sendo esquecidas e arruinadas em outros velhos casarões em vários cantos da cidade, do estado, do país, algumas duras, outras de muita alegria, como a nossa um dia será. A restauração do velho casarão não é o que se realiza com a recomposição das trincas e fissuras, mas com outros corpos ocupando aquele espaço: os sons, os rastros, os cheiros, os rebolados”.

(Priscila Musa, diretora de projetos do Espaço Comum Luiz Estrela)

Recontando as histórias esquecidas entre as rachaduras das paredes

Reviver, relembrar, recontar e dar um novo desfecho para a história do casarão foi um dos principais desafios da ação **Patrimônio em Processo – Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela**. O projeto aplicou um conjunto de ações preservacionistas, focado no compromisso social, na mobilização comunitária e investimento no potencial humano, criando um novo ambiente coletivo de cultura na cidade. De acordo com Priscila Mesquita Musa, diretora de projetos do **Espaço Comum Luiz Estrela**, a busca por um local que abrigasse as propostas apontou para uma triste realidade: a memória da cidade estava sendo apagada pelo absoluto descuido com muitos prédios históricos.



"Acreditamos ser fundamental que o poder público, os governos, comecem a desenvolver outras formas de gestão e preservação do patrimônio público. Algo que, inclusive, já está previsto em nossa constituição, no artigo 216, a participação da comunidade na gestão do Patrimônio Cultural. É preciso criar modelos para outras iniciativas, para que pequenas e micro-organizações ganhem espaço, desenvolver outros modelos de gestão comum, de cessão de uso dos imóveis para sociedade. Não só os edifícios, mas tudo o que nos é comum, os parques, as florestas e, algo que por aqui nos é muito caro, as montanhas e os rios", destaca Priscila Musa.

"Durante a procura por um imóvel público que pudesse abrigar o **Espaço Comum Luiz Estrela**, nos deparamos com uma série de importantes edifícios em estado de completo abandono. Muitos deles em processo avançado de arruinamento, tendo seus saberes e fazeres, a história grafada em suas paredes e a que se conta a partir delas, já quase apagadas do imaginário da cidade. Não só a história, mas a possibilidade de vida nesses imóveis". (Priscila Musa, diretora de projetos do Espaço Comum Luiz Estrela)



A iniciativa foi impulsionada pelo exemplo dos fortes movimentos de ocupação urbana que se estruturaram na cidade em 2013, tendo como princípio fundamental os debates em torno da função social da propriedade privada, com uma crítica contundente ao processo de especulação financeira do território urbano. A intenção era instituir naquele antigo prédio um espaço de uso coletivo, que abrigasse atividades de formação e expressão cultural, versando sobre lógicas e princípios distintos dos tradicionais mecanismos de incentivo e de organização cultural sedimentados no país.

"É como nos ensinou o movimento da luta por moradia digna: tanta casa sem gente, tanta gente sem casa. É hora de tirar as grades, visíveis e invisíveis, que separam os palácios da praça, da rua, das pessoas, gerando experiência de cessão de uso para uma ocupação. Assim, além de abrigar a cultura, o uso do imóvel antigo traz significados novos, agregando valor ao espaço e às suas características arquitetônicas", ressalta Priscila Musa.



Hospital de Neuropsiquiatria Infantil

Em 1947, o prédio, que antes abrigava o Hospital da Força Pública de Minas Gerais, passou a funcionar como Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI). O local seria destinado à hospitalização e tratamentos de crianças portadoras de doenças nervosas e mentais. Durante dois anos, o hospital atendeu somente em regime ambulatorial, extra-hospitalar, onde o paciente se consultava e recebia medicamentos periodicamente. O serviço de internações só começou a funcionar a partir de 1949.

Em 1952, o local passou a funcionar como clínica de orientação infantil, onde eram aplicados testes psicológicos em crianças e adultos. Entre 1949 e 1963 o número de internações aumentou progressivamente. A quantidade

de pacientes abandonados sociais e sem transtorno psiquiátrico internados na unidade era grande, pois os critérios de internação eram tão abrangentes quanto a noção de excepcionalidade. Entre os internos encontrava-se toda espécie de marginalizados sociais, incluindo crianças abandonadas. Deste modo, o hospital funcionava como creche e prisão. A partir de 1973 foi criada uma Unidade Psicopedagógica (UNP), que resulta na construção de um anexo ao prédio original, e tinha como finalidade atender a crianças que apresentassem dificuldades de aprendizado. Por esta época já se faziam notórias as condições desumanas a que eram submetidos os pacientes em diversas das instituições de internação e tratamento psiquiátrico no país.

O Espaço Luiz Estrela como lugar de memória

Com o projeto do Espaço Comum, as memórias sobre um período obscuro, de segregação, sofrimento e violações de direitos, representado pela natureza desumana dos tratamentos psiquiátricos durante os anos iniciais de funcionamento do HNPI, são colocadas em cena. Ao escolher trabalhar com estas memórias subterrâneas, o Espaço Comum representa a oportunidade de construção de narrativas sobre um período da história da internação e das práticas médicas pouco veiculadas. Representa também uma oportunidade de dar voz às pessoas impactadas por estas experiências a partir da trajetória da edificação. De fato, a materialidade atual do edifício, principalmente no que diz respeito à divisão dos espaços, bem como ao posicionamento das salas e dos corredores, se relaciona bastante com este período de sua ocupação. No entanto, existe uma parte específica do edifício que tem provocado reações diversas. Após a ocupação do imóvel pelo grupo fundador do **Espaço Comum Luiz Estrela**, revelou-se a existência de um túnel no subsolo da edificação, estreito, apertado, com aproximadamente 23 metros de comprimento.

“Ao adentrar este corredor perfilam-se de ambos os lados, ao longo de toda sua extensão, pequenos espaços, comprimidos, cuja escuridão absoluta revela na presença de uma fonte de luz, uma miríade de marcas e inscrições. Rabiscos, marcas de mãos, nomes, desenhos, bem como uma série de números e contas jazem sobre as paredes destes aposentos, cuja composição transmite a impressão de espaços de clausura. O ambiente se torna capaz de produzir desconforto físico e moral ao relacionar-se ao período que se estende de 1947 a 1979, no qual a edificação abrigou o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil. Sabe-se que naquela época os métodos empregados no tratamento de internos em hospitais psiquiátricos incluíam o uso de técnicas bárbaras como a lobotomia e o eletrochoque. O edifício construído para o Hospital Militar e que mais tarde abrigou o Hospital Psiquiátrico, ao ser transformado em lugar de memória, contribui para retirar do esquecimento um período da história do país em que milhares de pessoas tinham sistematicamente seus direitos violados. Violações de direitos humanos, cometidas com a conivência de funcionários, médicos e da população. Violações de direitos praticadas por uma política de Estado, mas sustentada, muitas vezes, pela omissão da sociedade. Por meio da execução de seu projeto de restauração e da possibilidade de uso do prédio, novas possibilidades se revelarão. O mesmo pode ser dito dos projetos de pesquisa histórica e prospecção arqueológica, já em andamento, que levantarão elementos para subsidiar a implantação de um Espaço de Memória”. Felipe Eleutério Hoffman, museólogo integrante do grupo formador do Espaço Luiz Estrela.



Endereço da história: Rua Manaus, 348

A própria biografia do casarão fornece importantes elementos para a compreensão da formação de Belo Horizonte. Construído em 1914, o edifício foi destinado a funcionar como Hospital da Força Pública de Minas Gerais. Erguido com investimentos do governo do Estado, inaugurado de forma solene e com finalidade nobre, o bem foi tombado em esfera municipal e, ao longo de seus cem anos, teve seus usos profundamente alterados.

O prédio chegou a ser utilizado, por anos, como Hospital Psiquiátrico Infantil e Centro Psíquico Pedagógico, selando o destino do casarão como lugar de esquecimento e dor, e em 20 anos, chegou ao ponto de total abandono.

Na contramão desse processo, o Núcleo de Memória e Restauração do **Espaço Comum Luiz Estrela** desenvolveu um projeto que pretendia não apenas levantar os cem anos de história da edificação, como também, manter preservada toda a memória desse período.

A experiência do **Espaço Comum Luiz Estrela** representa, no contexto de Belo Horizonte, a urgência, a possibilidade de existência e a potência de uma cultura independente, livre das amarras do mercado e dos mecanismos de incentivo. Representa, ainda, o desejo compartilhado da sociedade assumir para si as rédeas dos processos de transformação e de efetivá-los coletivamente e de forma colaborativa, salvaguardando, independentemente do poder público, a memória da cidade.

(Dossiê Patrimônio em Processo – Restauração do Espaço Comum Luiz Estrela)

A iniciativa segue num trabalho contínuo, promovendo ações de preservação, não somente da estrutura física e arquitetônica do casarão, mas também de suas histórias, realizando entrevistas, identificando documentos antigos, possibilitando novos estudos, de forma colaborativa, envolvendo toda comunidade e aberta à participação de estudantes.





O homenageado Luiz Estrela

O projeto **Espaço Comum Luiz Estrela** leva o nome do poeta, artista, performer, intelectual e morador de rua, Luiz Otávio da Silva, que escrevia seus pensamentos em folhas soltas, numa espécie de diário desencadernado. Participante intenso das mobilizações artísticas e culturais da cidade, Luiz Estrela era um militante da diversidade, que trazia consigo a luta do artista pela arte e a luta do cidadão pelo direito à vida e à própria cidade.

"Alguns dos palácios que construí ainda estão sem teto;
falta muito para que os céus possam reconhecê-los.

Mas, feitos para cobrir-se de ilusão,
nuvens não faltarão que possam compreendê-los.

Delas vêm as pedras que lhes dão alicerce;
as vigas de aço que os mantêm nas alturas;
a pele de gesso que os camufla e protege;
a vida despregrada que degusta pão e água,
melando-os de alegria confeitada de prece.

Em suas festas, ao ar livre, estrelas desinteressadas pendem do céu,
oferecidas como candelabros;

ventos cosmopolitas dançam o que podem atracados ao tempo,
que não se desgruda dos seus relicários;

Embebidas em curiosidade, as primeiras flanelas de sol
não demoram a desembalar o céu,
exibindo os seus corpinhos serelepes que as árvores acolhem,
infiltradas de ave.

Porque palácios, sempre alegres.

Porque descobertos, nunca tristes.

Se a própria realidade os tem como improvisados,
os próprios palácios a têm como insincera.

Se nem ela mesma sabe quantas vezes quis saqueá-los, não serão
eles que deixarão de dizer, ostentando a aura solene do seu
mobilário,
o quanto a vida é bela."

Luiz Estrela,
morto no centro de Belo Horizonte
na noite do dia 26 de junho de 2013.

Sua morte não foi investigada.

Comissão Nacional de Avaliação e a promoção dos bens culturais brasileiros

Desde sua criação, a Comissão Nacional de Avaliação desempenha um papel de extrema relevância para promoção dos bens culturais do Brasil. Responsável pela seleção dos trabalhos premiados, a comissão é formada por representantes de instituições públicas e da sociedade civil, experientes, qualificados e envolvidos em caráter permanente com a produção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Dedicação e aperfeiçoamento

Em suas primeiras edições, o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** prestava reconhecimento aos próprios funcionários do Iphan ou a nomes que, de alguma maneira, eram conhecidos por uma atuação no campo do Patrimônio Cultural. O processo de escolha dos nomes contemplados pelo prêmio ficaria a cargo da Comissão Nacional de Avaliação, originalmente composta pelos servidores da casa. Ao longo dos anos, a premiação foi se aperfeiçoando e estabelecendo novas propostas, refletindo o envolvimento da sociedade civil na busca pela salvaguarda e promoção dos bens culturais brasileiros. Foi a partir de 1995, que o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** passou a ser um edital público, aberto às iniciativas da sociedade e instituições públicas e privadas. No novo formato, a Comissão Nacional de Avaliação o passou a ser composta por representantes de outras instituições permitindo a participação de pesquisadores, professores e profissionais que tivessem um papel relevante na área da preservação patrimonial.



Formação da Comissão Nacional de Avaliação - 2017

Marcelo Brito

Diretor do Departamento de Articulação e Fomento (DAF) do Iphan;

Ana Flávia Magalhães Pinto

Especialista em imprensa negra no Brasil;

Ana Lúcia de Abreu Gomes

Professora adjunta do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília;

Andréa Cura Zarattini

Geógrafa e analista Ambiental, aposentada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

Aneide Santana

Historiadora, servidora pública da Prefeitura de Olinda (PE) e pesquisadora do Arquivo Público Municipal;

Antía Vilela Díaz

Oficial de projetos do Setor de Cultura do Escritório de Representação da UNESCO no Brasil;

Briane Elisabeth Panitz Bicca

Coordenadora do PAC Cidades Históricas, em Porto Alegres (RS);

Leonardo Castriota

Arquiteto e Urbanista, professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos-Brasil);

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrês

Engenheiro Civil, Mestre em Desenvolvimento Urbano, diretor do Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro Escola e conselheiro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;

Manuelina Mana Duarte Cândido

Professora adjunta da Universidade Federal de Goiás (UFG), do Bacharelado em Museologia;

Maria Ângela Cunico

Arquiteta, aposentada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos (CNPQ);

Maria da Conceição Alves Guimaraens

Conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

Mário Mendonça

Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Romeu Duarte

Professor adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), conselheiro vitalício do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e ex-superintendente do Iphan-CE;

Simone Scifoni

Docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP);

Thiago de Andrade

Arquiteto e Urbanista e secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth), de Brasília.



Novo emblema unifica
Patrimônio Cultural Brasileiro



Diversidade, valor, destaque, conjunto e proteção, simbolizados por um emblema criado para representar o universo de manifestações culturais no Brasil.

Abstração, cores e simbolismos caracterizam o emblema lançado pelo Iphan, em agosto de 2017. Agora os bens reconhecidos como Patrimônio Cultural Brasileiro possuem uma identidade visual única e comum. Este é um novo marco para a promoção, difusão, sinalização e proteção, que deve ser utilizado por todos os parceiros na preservação, gestão e valorização do Patrimônio Cultural, em especial pelas comunidades detentoras desses bens.

A proposta é a adoção desta nova identidade visual na promoção do Patrimônio Cultural em suas regiões de abrangência, na criação de produtos, na sinalização de suas cidades, na realização de ações educativas, na oferta do turismo cultural, aumentando a visibilidade e promovendo a sustentabilidade desses bens. **O Emblema do Patrimônio Cultural Brasileiro** contribuirá para que os cidadãos se apropriem e se orgulhem cada vez mais do seu Patrimônio Cultural.

O emblema foi escolhido por meio de um concurso realizado pelo Iphan, que contou com mais de 280 propostas inscritas. Os trabalhos foram avaliados por uma Comissão Julgadora, constituída por representantes de instituições parceiras: Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), UNESCO, ICOMOS e Associação dos Designers Gráficos do Brasil.

Junto com o emblema, foi lançado o *Manual de Identidade Visual e Aplicação*. As orientações técnicas para a produção de projetos gráficos, relacionados ao Patrimônio Cultural no país estão disponíveis no site do Iphan (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1562>).

A ideia do emblema do Patrimônio Cultural

Um edifício, uma paisagem, objetos, celebrações. Como representar a diversidade e a abrangência do Patrimônio Cultural Brasileiro em um único elemento? Uma mandala, nas cores da bandeira nacional, foi a proposta do vencedor do concurso, o designer carioca Fábio Lopes de Lima (que assina Fábio Lopez). Segundo ele, a forma circular expressa a perspectiva de movimento, ressignificação, a natureza complexa do Patrimônio Cultural Brasileiro que se encontra em permanente construção. O sinal origina-

se na rotação de uma pétala, gerando uma espécie de corola que, na natureza, está associada à proteção dos órgãos reprodutores das flores, bem como à atração dos agentes polinizadores.

“A mandala proposta apresenta uma área vazia em seu interior, fazendo com que seu fechamento denote ainda os conceitos de proteção, preservação e demarcação. A variedade de forma e cor dos elementos que a compõe garante que a ideia de diversidade também possa ser associada ao emblema, mesmo nas versões mais simples em que se presente”

Em sânscrito, o termo significa círculo e é um símbolo composto por formas geométricas concêntricas, representando o conceito do universo e da relação indissociável entre o todo e suas partes.

Fábio Lopez

Fábio conta que beleza, proteção e reprodução estiveram presente na origem do emblema proposto. Para ele, são conceitos associados à tarefa de preservar e valorizar o Patrimônio Cultural Brasileiro. “A opção por um caminho mais abstrato me pareceu muito natural porque o Patrimônio Cultural é um conjunto muito complexo de manifestações. Assim o recurso da figuração seria inviável, pois eu teria que escolher de forma muito exclusiva algum elemento do patrimônio”.

O criador do emblema

Designer e mestre pela ESDI-UERJ, Fábio Lopez é também professor do departamento de Artes e Design da PUC-Rio. Atualmente integra o conselho curador da Bienal Tipos Latinos, após ter sido coordenador técnico e jurado da mostra. Desde 2000 atua como designer independente em projetos de identidade visual, tipografia, moda e ilustração. É autor do projeto *Mini Rio*, uma homenagem e um extenso exercício de representação visual que resultou na criação de mais de 200 pictogramas e padronagens sobre o Rio de Janeiro.

Em 2010 trabalhou na criação da marca dos Jogos Olímpicos do Rio, tendo sido o responsável pela criação do logotipo *Rio 2016*. Em 2011 venceu o concurso de criação da marca do Centro Carioca de Design, órgão de fomento ligado à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Já criou selos postais para os Correios, tendo publicado, em 2013, uma série sobre *Cemitérios Tombados pelo Patrimônio*. É palestrante, consultor e articulista.



Fechando a festa com um *Grande Encontro!*

A riqueza e a diversidade do Patrimônio Cultural Brasileiro, homenageadas na 30ª edição do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, serão brindadas por artistas renomados, como Elba Ramalho, Alceu Valença e Geraldo Azevedo. O show *O Grande Encontro* encerra a cerimônia de premiação.

Em um dos mais aclamados espetáculos da música brasileira, o trio traz algumas surpresas e uma nova roupagem. Se o show original possuía um formato acústico, com versões que recriavam a mística do cancioneiro com intimismo e delicadeza, o novo espetáculo incorpora uma sonoridade elétrica e percussiva. Esbanja energia sem perder a ternura. *Anunciação*, *Banho de Cheiro*, *Dia Branco*, *Tropicana*, *Moça Bonita*, *Caravana*, *La Belle de Jour*, *Canção da Despedida*, *Coração Bobo*, *Táxi Lunar*, *Bicho de Sete Cabeças*, entre outros clássicos, estão no repertório. Zé Ramalho marca presença autoral por meio da voz de seus companheiros, nas canções *Chão de Giz* e *Frevo Mulher*.

O início

Em 1995, Alceu, Geraldo e Zé Ramalho, além de Luiz Melodia, fizeram juntos um show beneficente no Teatro Guararapes, em Recife. Animado, Geraldo sugeriu a Zé que o trio idealizasse um espetáculo juntos. Como Alceu tinha outros planos, Geraldo e Zé começaram a excursionar em duo. Um ano depois, Alceu subiu ao palco em um show da dupla no Canecão, no Rio. Elba, na plateia, emocionou-se ao ver o trio cantando *Táxi Lunar*. O produtor Paulo TA sugeriu: Por que não reunir os quatro no mesmo palco?

Logo a ideia evoluiu para um ensaio geral na casa de Geraldo. Pensaram o repertório, conceituaram o espetáculo, definiram que o formato seria totalmente acústico. Munidos somente de seus violões, Geraldo, Alceu, Elba e Zé entraram juntos pela primeira vez em cena no ginásio Machadinho, em Natal (RN). Duas horas e vinte anos de estrada depois, a música brasileira jamais seria a mesma. O show seria assistido por mais de dois milhões de espectadores em todo o país.

"A grandeza estava na simplicidade e na força de cada um individualmente. Quando juntava, era explosão! Aprendemos uns com os outros e mostramos uma fatia poderosa da nossa cultura. O Nordeste é potência máxima em música e nós mostrávamos toda a sua diversidade"

Elba Ramalho

"Estar no palco com Elba e Geraldinho é como cantar em casa, numa sala de reboco ou de visitas. Geraldo é meu parceiro e compadre, um dos maiores incentivadores da minha música desde sempre. Elba é uma amiga querida, companheira de geração e de arte. Somos da mesma região, o agreste e o sertão de Pernambuco e da Paraíba, e juntos criamos uma identidade orgânica. Nossa força está na maneira fiel e absoluta com que vivenciamos esta identidade"

Alceu Valença

"Vinícius de Moraes dizia que 'a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida'. Há sempre um grande amor entre nós quatro. Elba e eu temos um projeto lindo, chamado *Um Encontro Inesquecível*, que se transformou agora neste novo *Grande Encontro*. Existe uma relação muito forte que sempre vai nos unir. Somos parceiros da vida toda"

Geraldo Azevedo

A banda

Alceu, Elba e Geraldo cantam ao lado de Marcos Arcanjo, Paulo Rafael (violões e guitarras), Ney Conceição (baixo), Meninão (sanfona), César Michiles (flauta), Anjo Caldas (percussão) e Cássio Cunha (bateria), com direção de André Brasileiro.

Reduza
eutilize
ecicle

Todos contra o
Aedes Aegypti
#mosquitonao

Patrocínio



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Realização

